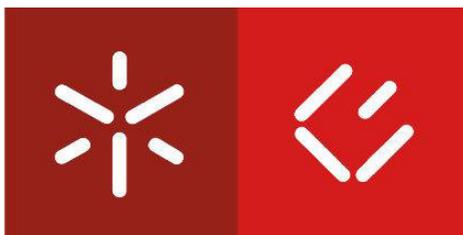


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Fátima Catarina Pinto Ferreira

**O Microcrédito na Europa
Estudo do impacto da dinâmica das
IMF na captação de público**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Fátima Catarina Pinto Ferreira

O Microcrédito na Europa
Estudo do impacto da dinâmica das
IMF na captação de público

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Monetária
Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

Dezembro, 2016

Nome: Fátima Catarina Pinto Ferreira

Endereço eletrónico: catarina_ferreira_08@hotmail.com

Título da Dissertação: O microcrédito na Europa – Estudo do impacto da dinâmica das
IMF na captação de público.

Orientadores: Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

Professora Doutora Maria João Thompson

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira

**É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO,
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.**

Universidade do Minho, 14 de Dezembro de 2016

(Fátima Catarina Pinto Ferreira)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão por todo o seu apoio, motivação, disponibilidade, dedicação sem dúvida que o seu apoio constante foi essencial para a conclusão desta dissertação. É evidente que se trata de um excelente profissional, sem dúvida que foi um privilégio ter o prazer de o possuir como orientador ao longo desta investigação. Gostaria de agradecer também à minha coorientadora Professora Doutora Maria João Thompson pela disponibilidade.

Um agradecimento especial aos meus pais e irmão por todo o apoio não só ao longo da dissertação, mas ao longo de toda a vida, pelo amor incondicional que sempre me transmitiram e em especial à minha mãe por nunca me ter deixado desistir e me dar sempre força para continuar e lutar pelos meus objetivos, sem dúvida que foi e será sempre o meu maior pilar. Obrigada!

Ao meu irmão por tantas vezes me ter irritado pelas perguntas pela dissertação, apesar de tudo também foi uma motivação para a conclusão da mesma.

Como não poderia deixar de ser, gostaria de agradecer a todos os meus amigos que sabem quem são, desde os mais próximos aos mais distantes, que sempre me apoiaram, que estão sempre do meu lado quando preciso, que fazem de mim sem dúvida uma pessoa mais feliz. Um especial agradecimento as minhas amigas Isabel Correia, Sara Matos e Diana Martins que foram muito importantes ao longo deste percurso assim como são na minha vida, e tenho a certeza que estarão comigo sempre ao longo da minha vida.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas de trabalho pelo carinho e pelo incentivo que sempre me transmitiram.

Resumo

Cada vez mais a pobreza e a exclusão social são uma realidade presente em todo mundo. Muitos dizem que isto acontece dada a desigualdade da distribuição dos investimentos públicos. Foi no sentido de colmatar estes três grandes problemas da sociedade que surgiu o microcrédito. O microcrédito consiste na concessão de um pequeno empréstimo bancário que se destina a pessoas com carência económica, mas que são detentoras de um espírito empreendedor, isto é, que têm uma boa ideia de negócio, mas que dada a sua situação económica não conseguem ter acesso ao crédito bancário tradicional.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar a ligação entre a pobreza e o microcrédito no continente Europeu, tentando perceber qual o impacto das IMF na captação de público. De forma a proceder a este estudo, procedemos ao levantamento de variáveis que podem ter influência na captação de público por parte das instituições. Para tal escolhemos um nicho de 11 países do continente europeu sendo que recorreremos essencialmente à base de dados do Mix Market. De forma a ter uma visão mais abrangente dos países em estudo, foi efetuada uma breve análise estatística dos países em estudo sendo que utilizamos também variáveis macroeconómicas de forma a perceber a realidade de cada país em estudo.

Através do modelo econométrico de dados em painel quisemos testar que variáveis influenciam o desempenho das instituições de microfinanças, as variáveis que concluímos que são estatisticamente significativas são os escritórios, o número de depositantes, os empréstimos, agentes de crédito, ativos e depósitos. Concluímos também que as variáveis dos escritórios e dos agentes de crédito influenciam positivamente a nossa variável dependente – número de mutuários ativos que como tal nos fez concluir que ao conceito de microcrédito também se aplica a lei revista de Say, isto é, se aumentarmos o número de escritórios existentes assim como o número de agentes de crédito conseqüentemente também irá aumentar a procura da concessão de créditos ao abrigo do programa de microcrédito por parte dos mutuários ativos. Desta forma, ao efetuar um aumento da oferta será possível estimular o microcrédito na Europa que conseqüentemente poderá aliviar a pobreza e a exclusão social existentes no continente.

Palavras Chave: Microcrédito, Pobreza, Instituições de Microfinanças, Europa, Mutuários Ativos.

Abstract

Poverty and social exclusion have increasingly become a real issue for more and more people around the world. Many say that this happens due to the inequality of the distribution of public investments. Microcredit has thus emerged in order to rectify these three major problems of society. Microcredit consists in the granting of a small bank loan that is intended for people in a state of economic need who have an entrepreneurial spirit, namely people who have a good business idea but cannot get access to traditional bank credit due to their economic situation.

The purpose of the present study is to understand how MFIs attract people through the analysis of the connection between poverty and microcredit in Europe. In order to understand this connection, we have analyzed some variables that may influence the attraction of people by the MFIs. To this end we have chosen a niche of 11 European countries using the Mix Market database. In order to have a more comprehensive view of the countries under study a brief statistical analysis was conducted. Macroeconomic variables were also used to understand the reality of each country.

Using an econometric model that analyzes panel data we tested which variables influence the performance of microfinance institutions, in other words, variables that are statistically significant. These variables are: offices, number of depositors, loans, loan officers, assets and deposits. We also concluded that the variables offices and loan officers positively influenced our dependent variable - number of active borrowers. Consequently we reached the conclusion that the law of supply is also applied to the concept of microcredit: if we increase the number of existing offices as well as the number of loan officers, it will also increase the demand for credit granting under the Microcredit program by active borrowers. Therefore, by increasing the supply, it will be possible to stimulate microcredit in Europe and consequently decrease poverty and social exclusion on the continent.

Key-words: Microcredit, Poverty, MFIs, Europe, Active Borrowers.

Índice

1.Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
2.1. Microcrédito.....	3
2.1.1 Microcrédito e Microfinanças	6
2.2 Instituições Financeiras de Microfinanças.....	8
2.2.1 A presença dos balcões como determinantes da dinâmica de microcrédito	10
2.3 Microcrédito e os seus desafios na Europa.....	12
2.3.1 Origem e evolução do microcrédito na Europa.....	12
2.3.2 O Microcrédito na Europa	12
3. Indicadores de pobreza e microcrédito.....	18
3.1 População em risco de pobreza.....	18
3.2 Produto Interno Bruto – PIB	19
3.3 População em risco de pobreza multidimensional – IPM.....	21
3.4 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	22
3.5 Índice de Desigualdade de Género	23
3.6 Comparação de indicadores	25
3.6.1 PIB per capita vs Balcões.....	25
3.6.2 Índice de Desenvolvimento de Género vs Balcões	27
3.6.3 Índice de desenvolvimento humano vs Instituições de Microfinanças.....	28
3.6.4 PIB per capita vs Número de mutuários ativos	28
3.6.5 Estatísticas Descritivas e Matriz de Correlação	30
4.Estudo Empírico	32
4.1 Metodologia	32
4.1.1. Dados.....	32
4.1.2 Definição das variáveis	34
4.1.3 Modelo Econométrico	37
4.2. Interpretação de resultados	46
5. Considerações Finais	49
5.1 Conclusão.....	49

5.2. Limitações e sugestões para investigações futuras	51
Referências Bibliográficas.....	53

Índice de figuras

Figura 1 – Número de Instituições de Microfinanças - Europa.....	17
Figura 2 – PIB per capita em valores correntes.....	20
Figura 3 – PIB per capita em valores correntes - Europa.....	20
Figura 4 - PIB per capita vs Balcões	26
Figura 5 - IDG vs Balcões	27
Figura 6 - IDH vs IMF.....	28
Figura 7 - PIB per capita vs Número de mutuários ativos.....	29

Índice de tabelas

Tabela 1 - População com menos de 2 dólares por dia (% da população total) - Europa	19
Tabela 2 – População em risco de pobreza multidimensional (% da população total) ..	21
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	22
Tabela 4 – Índice de desigualdade de género (IDG)	24
Tabela 5 - Estatísticas Descritivas	30
Tabela 6- Matriz de Correlação	31
Tabela 7- Países e Instituições de Microfinanças	33
Tabela 8 – Estatísticas Descritivas	37
Tabela 9 – Matriz de correlação das variáveis	39
Tabela 10 – MQO – Mínimos Quadrados Ordinários	42
Tabela 11 – Mínimos Quadrados Ordinários – modelo corrigido seguindo White.....	44

Lista de abreviaturas e siglas

ADIE	Agence De l'Informatique de l'Etat
CGAP	Consultative Group to Assist the Poor
EIF	European Investment Fund
IDG	Índice de Desigualdade de Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMF	Instituição de Microfinanças
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
JASMINE	Joint Action to Support to Microfinance Institutions in Europe
JEREMIE	Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
ONG	Organização não governamental
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia

1.Introdução

O Microcrédito é um mecanismo que se encontra diretamente interligado a três grandes problemas com que a sociedade se depara, nomeadamente a pobreza, a exclusão social e a desigualdade social. (Alves,2006 e Marsden, 1992) Este mecanismo consiste num pequeno empréstimo bancário que se destina a pessoas que se enquadram nos três problemas referidos, isto é, que se encontram numa situação económica vulnerável, mas que por outro lado possuem espírito empreendedor mas não conseguem ter acesso ao crédito bancário tradicional dada a sua situação económica (Rallens e Ghanzanfar, 2006; Littlefield et al, 2003).

Este conceito surgiu em 1976 quando Muhammad Yunus fundou a primeira instituição financeira especializada em microcrédito, denominada de Grameen Bank. Este banco tinha como objetivo através da concessão de crédito aos mais desfavorecido permitir que estes investissem na sua formação profissional, na área da saúde e no seu emprego de forma a que conseguissem melhores condições de vida e conseqüentemente ultrapassar a situação de pobreza. (McKernan, 2002).

No caso da Europa a primeira instituição inspirada no microcrédito surgiu no final dos anos 80 em França. No entanto o grande impulso para este mecanismo apenas surgiu em 2001 (Ahmed et al, 2010). Atualmente verificamos o mercado de microfinanciamento europeu ainda é considerado um mercado imaturo e subdesenvolvido. No entanto, verifica-se que o mercado de microcrédito tem extrema importância no sentido de possuir muito potencial para combater a pobreza e o desemprego existentes, promovendo desta forma a inclusão financeira e social na Europa (Kraemer-Eis et al, 2009 e Laissy, 2014). A Europa é considerado um continente com grandes diferenças internamente, isto é, a realidade na Europa de Leste é completamente diferente da realidade da Europa Ocidental, como tal, existem grandes discrepâncias no que diz respeito ao funcionamento do Microcrédito no continente europeu (Carboni et al, 2010).

O presente trabalho surge como impulso para o estudo do impacto do Microcrédito na redução da pobreza e exclusão social. A presente investigação irá

abordar essencialmente o caso do Microcrédito na Europa assim como a dinâmica das Instituições de Microfinanças na captação de público. Uma vez que a Europa se encontra subdividida entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste, o nosso estudo irá centrar-se na Europa de Leste uma vez que possui mercados financeiros mais debilitados. Vamos tentar perceber o funcionamento do microcrédito nesta área assim como quais os fatores que influenciam a captação de público para as IMF. De forma a efetuar este estudo, procedemos ao levantamento de dados relativamente a Instituições de Microfinanças dos países: Ucrânia, Bielorrússia, Turquia, Bulgária, Roménia, Moldávia, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Albânia, Polónia, Rússia e Macedónia. A base de dados utilizada para este estudo foi essencialmente a do Mix Market.

Relativamente à estrutura da dissertação, esta será organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta uma breve introdução do estudo. O segundo capítulo é referente à revisão de literatura que tem o objetivo de efetuar um enquadramento da literatura económica existente, de forma a obtermos uma visão mais abrangente sobre os temas em estudo. O capítulo que se segue consiste na abordagem dos indicadores de pobreza e Microcrédito do continente Europeu, sendo que foi efetuado um levantamento de variáveis macroeconómicas de forma a termos uma visão mais abrangente do continente assim como do nicho de países em estudo. Por sua vez o capítulo 4 é constituído pelo estudo empírico efetuado assim como pela análise dos resultados obtidos. No capítulo 5 serão apresentadas as principais considerações finais assim como serão identificadas quais as principais limitações encontradas assim como possíveis investigações futuras. Finalmente no capítulo 6 serão apresentadas todas as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração da presente dissertação.

2. Revisão de Literatura

Como em qualquer trabalho de investigação, a fundamentação teórica é de extrema importância. Assim, o presente capítulo consiste na revisão de literatura das temáticas que serão abordadas ao longo desta dissertação tal como a pobreza e a importância do microcrédito na Europa e conseqüentemente qual a influência destes nas instituições de microfinanças.

2.1. Microcrédito

O Microcrédito encontra-se diretamente associado a três grandes problemas com que a sociedade se depara, nomeadamente a pobreza, a exclusão social e a desigualdade social. Existem muitos autores (Alves, 2006 e Marsden,1992) que defendem que estes problemas resultam de uma desigualdade da distribuição dos investimentos públicos. Existe uma ideia associada aos pobres, de que estes devido à sua carência económica não são capazes de assumir um compromisso de crédito bancário. Muhammad Yunus em 1976 no Bangladesh conseguiu provar que este pensamento não está correto, através da criação da instituição financeira Grameen Bank.

Muhammad Yunus, um economista que em 2006 foi laureado com o Prémio Nobel da Paz, introduziu o conceito do microcrédito em 1976, quando começou a conceder pequenos empréstimos a famílias mais carenciadas no Bangladesh, sendo que estes empréstimos tinham como fonte os seus próprios recursos. Foi a partir destes pequenos empréstimos que Yunus criou a primeira instituição financeira especializada em microcrédito, denominada como Grameen Bank. Este banco tinha como objetivo conceder empréstimos sem garantias a pessoas mais pobres, que não tinham acesso ao crédito bancário tradicional (Yunus, 2008), permitindo que estas pessoas saíssem desta situação de carência económica, investindo na sua formação profissional, na área de saúde, no seu emprego para que conseguissem melhores condições de vida (McKernan, 2002).

Na realidade, Yunus não descobriu apenas uma nova forma de conceder empréstimos, mas também descobriu uma nova forma de encarar a realidade, uma vez que para ele os camponeses eram pessoas com dignidade e com potencial criativo. A certeza desta realidade permitiu-lhes conceder empréstimos sem qualquer garantia. Esta

visão não foi bem vista pelos bancos tradicionais, uma vez que não concedem créditos sem garantias, prova de que Muhammad Yunus não estava errado é que a taxa de reembolso do Grameen Bank era de 99% (Dossey, 2007).

Assim, o microcrédito consiste num pequeno empréstimo bancário que se destina a pessoas com carência económica, ou seja, com recursos económicos limitados, mas que são detentoras de um espírito empreendedor, isto é, que têm uma boa ideia de negócio, mas que não conseguem ter acesso a um crédito bancário normal (Rallens e Ghazanfar, 2006; Littlefield et al, 2003).

Existem vários autores que acreditam que o crédito desempenha um papel importante na medida de ser um instrumento de intervenção para descobrir o potencial dos pobres e para melhorar as suas vidas (Latifee, 2006). Yunus (2008) defende que o crédito deveria ser um direito humano, uma vez que este tem a capacidade de quebrar o ciclo vicioso que é a pobreza, uma vez que pode criar autoemprego e gerar rendimentos. Chowdhury (2009) defende que a capacidade empreendedora dos beneficiários é um fator crucial para tornar o crédito mais produtivo. Schumpeter (1983) defendera já uma ideia semelhante à de Yunus, uma vez que defendera que o acesso ao crédito é importante pois permite que os empreendedores criem novos produtos e assim, estimulem o crescimento económico. Ahlin e Jiang (2007) partilham da mesma ideia de Yunus, uma vez que defendem que o acesso ao crédito tende a aumentar o acesso ao auto-emprego e assim diminuir a desigualdade e aumentar a riqueza dos mutuários.

Os bancos comerciais tradicionais não conseguiram prever as necessidades de crédito das pessoas que não estavam em condições de oferecer garantias reais, mas que têm ideias viáveis e promissoras de investimento que podem resultar em empreendimentos rentáveis. Assim surgiram as novas instituições financeiras que estão em contacto com a comunidade local e conseguem obter informações sobre as características dos mutuários a um menor custo, e que muitas vezes não estão interessadas apenas no lucro, mas também na criação de postos de trabalho, o que permitiu que concedessem créditos aos mais pobres sem qualquer garantia real (Hollis e Sweetman, 1998; Begoña et al 2007).

Contudo, os bancos comerciais, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, apresentam cada vez mais um papel importante nas instituições de financiamento de microfinanças, uma vez que estas instituições não praticam só o

conceito do microcrédito, mas cada vez mais recolhem poupanças e fornecem seguros (Armendáriz e Morduch, 2005)

Assim, o microcrédito diferencia-se do crédito bancário tradicional por três aspetos: pelo público alvo, isto é, o microcrédito destina-se apenas a pessoas que se encontrem na linha de pobreza que não têm acesso a um tipo de crédito normal; o segundo aspeto é a sua finalidade (o fundo obtido através do microcrédito apenas pode destinar-se à ampliação do capital do microempreendedor e é importante salientar que este tipo de crédito não pode nunca ser utilizado para consumo); finalmente, o terceiro e último aspeto é relativo ao volume do montante emprestado, uma vez que neste tipo de empréstimo a quantia será sempre muito menor que num crédito tradicional (Lhacer, 2003).

Existe uma forte tendência para que o microcrédito seja associado a países em vias de desenvolvimento com um forte índice de pobreza. Contudo atualmente isto já não é uma realidade, o microcrédito veio a alastrar-se a nível mundial em países com níveis de desenvolvimento diferenciado. Ao longo da dissertação, vou analisar o impacto do microcrédito na Europa, centrando-me mais na Europa de leste de forma a perceber qual o impacto do microcrédito nesta realidade.

O Microcrédito é uma prática que se tem vindo a expandir cada vez mais a nível mundial. Existem países em que ainda é um conceito recente, mas existem também países como é o caso do Bangladesh e da Índia onde o conceito já tem mais de 20 anos. Um dos motivos que contribuiu para este conceito ter sido conhecido por muitos foi a iniciativa da Organização das Nações Unidas, que definiu o ano de 2005 como sendo o Ano Internacional do Microcrédito (Noose, 2009).

Tanto no que diz respeito aos países subdesenvolvidos como nos países desenvolvidos, o acesso ao financiamento é um problema já há muito presente e onde o microcrédito pode ser visto como solução. Relativamente aos países subdesenvolvidos, o problema de acesso ao financiamento pode estar associado à falta de estruturas das instituições financeiras, isto porque nestes países a área é maioritariamente urbana. Assim, uma vez que existe escassez nas estruturas financeiras, pode não existir forma de garantir o reembolso (McDowell, 2006). Por outro lado, nos países em desenvolvimento, existem estruturas geograficamente bem distribuídas possibilitando

que os clientes sempre que necessário se possam deslocar aos bancos/ instituições financeiras.

Um problema, que está na atualidade é a exclusão social, que é um conceito que se encontra relacionado com a pobreza e que nem sempre é claro. Segundo *Costa et al* (2008 p.63) “*a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, não existe pobreza sem exclusão social, mas o contrário não é válido*”. No entanto, nem sempre uma pessoa que se encontra em situação de pobreza é excluída da sociedade. Um dos motivos mais fortes de exclusão é a falta de confiança para com os pobres. No caso das instituições financeiras, ao analisarem determinado caso e perceberem que existe falta de garantias por parte dos clientes e um risco de incumprimento elevado associado de exclusão financeira, isto é, não vão conceder o empréstimo.

As instituições bancárias vão excluir as pessoas com um risco de incumprimento elevado associado, porque os bancos ao concederem os empréstimos têm custos fixos associados, independentemente da quantia emprestada. Assim quanto menor for o valor do empréstimo, menos rentável será o mesmo para a instituição financeira (Mota e Santana, 2009). Nos países em desenvolvimento as instituições bancárias não iriam conceder créditos a estes indivíduos (Snow e Buss, 2001). O microcrédito surge assim nestes países com o objetivo de combater este problema, de combater a exclusão financeira inerente às pessoas com carência económica.

2.1.1 Microcrédito e Microfinanças

Apesar de existirem algumas discrepâncias entre os conceitos de microcrédito e microfinanças, a diferença destes conceitos é essencial e transversal a todos os autores (Kinde, 2012).

Hartarska (2005), considera que o conceito de microfinanças consiste na prestação de serviços financeiros em pequena escala a pessoas de baixos rendimentos. Este conceito é considerado por vários autores, tal como o microcrédito como uma ferramenta eficaz de combate à pobreza. No entanto, este fornece serviços para aqueles que em condições ditas normais não teriam acesso ao crédito tradicional (Dokulilova et al, 2009).

Assim, podemos diferenciar o microcrédito de microfinanças, uma vez que como já referimos, o microcrédito consiste na concessão de um pequeno empréstimo destinado aos mutuários mais pobres que não têm acesso ao mercado tradicional de financiamento. Assim, o microcrédito engloba todos os credores como é o caso de cooperativas, bancos convencionais ou especializados, entre outros. (Sengupta e Aubuchon, 2008). Por outro lado, o conceito de microfinanças é mais abrangente, uma vez que inclui o microcrédito e todos os outros produtos financeiros que lhe estão associados (seguros, aplicações de poupanças, garantias, ...) e que por sua vez contribuem para a sustentabilidade das iniciativas dos microempresários (Torkestani e Ahadi, 2008).

Os agentes operadores deste conceito de microfinanças são conhecidos por Instituições de Microfinanças (IMF). Assim estas instituições prestam um serviço de intermediação financeira (Ledgerwood, 1999). As IMF podem assumir a forma de instituições financeiras não bancárias, bancárias como é o caso dos bancos ou organizações não-governamentais (ONG) (Hartarska et al, 2013).

As instituições de microfinanças enfrentam um grande desafio, uma vez que têm que obter recursos para fornecerem serviços financeiros aos pobres e ainda cobrirem os seus custos (desenvolvimento sustentável) (Hartarska, 2005). Assim, podemos dizer que uma boa gestão das Instituições de Microfinanças é essencial para o sucesso das mesmas (Campion, 1998; Rocha, Otero e Saltzman, 1998).

Os bancos comerciais, os ditos bancos tradicionais, optam por evitar conceder créditos aos microempresários assim como aos mais pobres por diversos motivos: os custos de transação são elevados comparativamente com o retorno do investimento que será reduzido e devido; a difícil recuperação dos maus investimentos, uma vez que se o negócio não correr como esperado o microempresário provavelmente não terá condições para liquidar o seu crédito (Pereira et al, 2005). Yunus (2005) defende que o acesso ao crédito deve ser um direito, e que se devem dar a todos os mesmos direitos, evitando a exclusão. É neste sentido que surge a importância dos mecanismos de microcrédito e microfinanças, de forma a evitar que exista exclusão social no público mais vulnerável.

Ao longo desta investigação vamos avaliar o desenvolvimento, o funcionamento assim como o impacto do microcrédito, assim como das microfinanças no continente

Europeu especificando mais à frente no modelo empírico um nicho de países da Europa de leste.

2.2 Instituições Financeiras de Microfinanças

Existe uma forte ligação entre o Microcrédito e Microfinanças, como já foi referido inúmeras vezes. O microcrédito refere-se à prática de fornecer o empréstimo, e as instituições de microfinanças têm o dever de conceder os empréstimos aos cidadãos que estão excluídos do serviço bancário normal por falta de recursos, permitindo assim que estes consigam uma oportunidade de alterar as suas condições económicas futuras (Meyer,2007). As Instituições de Microfinanças necessitam de cumprir a missão de sensibilização de auxiliar os clientes pobres, e muitas delas operam como Organizações Não Governamentais (ONG) o que as torna muito semelhantes às empresas sem fins lucrativos (Hartarska, 2005).

Para além destas funções, estas instituições impulsionam também o sentido de poupança das pessoas recorrentes a este serviço. A primeira Instituição Financeira de Microfinanças a surgir foi o Grameen Bank cujos clientes ficavam obrigados a fazer um depósito de cinco por cento do seu crédito, sendo que não poderiam levantá-lo num período inferior a três anos, impulsionando a poupança por parte dos seus clientes (Sengupta e Aubuchon, 2008). Hulme e Mosley (1996) mostraram que as instituições financeiras com funções de poupança tendem a ter menores taxas de incumprimento. A captação de poupança é um fator importante não só para o mutuário, mas também para a instituição financeira, uma vez que esta é vista como um fator importante relativamente à sustentabilidade no longo prazo (Hollis e Sweetman, 1998).

O desenvolvimento dos mercados financeiros, nomeadamente das instituições de microfinanças pode ser benéfico não só para os mais pobres, mas também para a economia global. Beck et al (2004) concluíram que o desenvolvimento financeiro tem influência na redução da desigualdade dos rendimentos, que por consequência poderá gerar crescimento económico (Lash, 2008).

A indústria de microfinanças é bastante diversificada tanto em termos de organização e de estrutura, como é o exemplo das ONG bancos, cooperativas de crédito ou instituições financeiras não bancárias (Hartarska, 2005).

Assim sendo, podemos dizer que existem diferentes tipos de instituições de microfinanças e diversos fatores que as diferenciam. As IMF operam praticamente em todo o mundo, o que as torna expostas a diferentes realidades, isto é, a diferentes sistemas sociais e jurídicos. Por outro lado, relativamente à estrutura, existem IMF que operam como organizações não-governamentais (ONG) ou cooperativas enquanto que existem outras que operam como bancos. Finalmente, existem IMF que apenas se concentram na concessão de crédito, enquanto que outras oferecem uma vasta gama de produtos financeiros (Louis e Baesens, 2013). Uma das principais dificuldades na análise de dados das Instituições de Microfinanças é precisamente a diversidade existente entre as instituições.

As Instituições Financeiras de Microfinanças enfrentam um grande desafio que consiste em obterem recursos para fornecerem serviços financeiros às camadas mais desfavorecidas e ao mesmo tempo, conseguirem cobrir os seus custos de forma a terem um desenvolvimento sustentável (Hartarska, 2005).

A sustentabilidade destas pode ser conseguida através da receita operacional e dos subsídios obtidos que têm que ser suficientes para cobrir os custos de funcionamento como os salários, despesas administrativas e as perdas que podem acontecer de créditos. A sustentabilidade das IMF não é uma tarefa fácil. Contudo, é essencial para que estas não se desfoquem dos mais desfavorecidos, isto é, existe uma solução fácil e rápida para combater as dificuldades de sustentabilidade destas instituições que passa pelo aumento do valor médio dos créditos concedidos. Ao fazê-lo as instituições estariam a alterar o seu público-alvo que não é o que se pretende. (Mota e Santana, 2009). Assim, é essencial de forma a garantir a sustentabilidade destas instituições que exista uma boa gestão e liderança das mesmas (Campion, 1998; Otero e Saltzman, 1998).

Uma vez que as IMF cada vez mais são capazes de se tornarem auto-suficientes e continuam a adquirir um maior número de clientes, estas instituições continuarão a ser como até aqui uma boa solução para o desenvolvimento económico e para a redução da pobreza em todo o mundo (Sengupta e Aubuchon, 2008).

As instituições de microfinanças têm obtido um crescimento significativo nas duas últimas décadas, nomeadamente na concessão de empréstimos a milhões de clientes com baixos rendimentos, particularmente a mulheres (Lash, 2008).

A concessão de empréstimos das IMF a mulheres nos países em desenvolvimento representava 70% da totalidade (Daley-Harris, 2009). Para além deste facto, uma realidade presente é que para além de representarem uma maioria da concessão dos créditos, em média os empréstimos concedidos a mulheres são de menor valor do que os dos homens (Armendáriz e Morduch, 2005). Isto acontece porque por norma as mulheres são mais propensas à poupança, e gerem os seus recursos de acordo com as suas prioridades de gastos, que normalmente são mais relacionadas com os filhos e com a família (Pahl, 2008). Relativamente às taxas de incumprimento de retribuição dos créditos que foram previamente concedidos, mais uma vez as mulheres encontram-se com uma taxa mais baixa comparativamente com os homens (Marrez e Schmit, 2009).

2.2.1 A presença dos balcões como determinantes da dinâmica de microcrédito

Como já foi dito ao longo desta investigação, o acesso aos serviços financeiros básicos pode ser visto como um método de combate à pobreza. Aproximadamente dois milhões de adultos em todo o mundo têm pelo menos um depósito ou um empréstimo numa instituição de microfinanças. Os clientes que não têm acesso aos sistemas financeiros formais têm de recorrer a estas instituições de forma a poderem possuir os seus créditos, poupanças, pagamentos e outras necessidades (Collins et al, 2009).

O microcrédito é um mecanismo destinado a um nicho populacional muito específico, isto é, este é destinado à população que dada a sua situação económica não tem acesso ao crédito bancário tradicional. Normalmente este público-alvo está presente em zonas mais rurais e como tal, não têm instituições de microfinanças por perto o que poderá ser uma dificuldade para a adesão a este mecanismo. Desta forma tem de se ter presente a ideia de que quantas mais Instituições de Microfinanças existirem, maior é a probabilidade de este mecanismo se expandir e assim conseguir ser acessível a mais pessoas.

Nas zonas mais rurais deparamo-nos com barreiras acrescidas no que diz respeito à iniciativa empresarial, isto é, para além destas zonas possuírem condições económicas específicas, as características dos empreendedores também o são uma vez

que se tratam de um grupo muito específico de negócio. Desta forma, nestas zonas em particular é necessário um nível de compreensão acrescido no que diz respeito à estimulação da criação do seu próprio negócio (European Good Practices in rural finance).

A *EU Rural Review 2011* destacou os três principais obstáculos no que diz respeito ao empreendedorismo rural: em primeiro foi destacada a baixa densidade populacional existente assim como a tendência natural ao afastamento das comunidades rurais; de seguida foi identificado como obstáculo a composição social e económica das comunidades rurais e finalmente podemos identificar a natureza das ligações internas existentes que vão influenciar significativamente a iniciativa empresarial rural.

A presença das Instituições de Microfinanças nos meios mais rurais possui um grande entrave que são os custos associados a esta instituição. Uma forma de combater esta dificuldade é incentivar as parcerias entre os bancos e as instituições de microfinanças de forma a aumentar o acesso a locais mais rurais. Assim, ao serem implementadas estas parcerias, estes custos diminuíam significativamente (Radcliffe e Mas, 2010).

Desde a crise mundial que se sente desde 2009 que se verificam duas tendências no mundo bancário. Por um lado verifica-se cada vez mais redução de pessoal do setor bancário principalmente nas economias mais instáveis, e subjacente a este facto verifica-se também uma redução do número de instituições bancárias (Panait, 2014).

A redução de agências bancárias e instituições de microfinanças é uma forma que estas têm de verem os seus custos a serem reduzidos e por outro lado reforçar o seu capital. No entanto, existe um outro lado, pois ao diminuírem as redes de acesso existirá consequentemente uma diminuição de clientes (Panait, 2014). Verificando-se a redução de balcões, torna-se ainda mais difícil cumprir a missão de atingir a população com mais carência económica.

2.3 Microcrédito e os seus desafios na Europa

2.3.1 Origem e evolução do microcrédito na Europa

A primeira associação inspirada no microcrédito – ADIE, surgiu na Europa mais precisamente em França no final dos anos 80. No entanto o grande impulso para o Microcrédito para este continente apenas surgiu em 2001. (Ahmed et al, 2010)

A Europa é considerado um continente com grandes discrepâncias no que diz respeito ao funcionamento do microcrédito (Carboni et al, 2010). Este assume grandes diferenças internamente, nomeadamente a realidade presente na Europa Ocidental é diferente da existente na Europa de leste, o que tem impacto também na realidade do microcrédito. O microcrédito da Europa Ocidental é baseado na filosofia de Muhammad Yunus, isto é, é mais orientado para a inclusão social e económica. Por outro lado, o microcrédito na Europa Central e de Leste já é mais orientado para o negócio sendo baseado em programas de apoio ao microcrédito (Ahmed et al, 2010).

O microcrédito na Europa possuiu características de um continente dividido durante parte do século XX. Na Europa Oriental dado o colapso do muro de Berlim as Instituições de Microfinanças estavam mais orientadas para a renovação económica, por outro lado a Europa de Leste já possuía antecedentes de séculos anteriores (Dayson,2010).

Os créditos concedidos ao abrigo do microcrédito apenas entre 2006 e 2007 cresceram em média 32% na Europa, sendo que a maior taxa de crescimento foi registada em Espanha com um crescimento de 154% e na Europa de Leste com um crescimento total de 67% nos últimos 6 anos (Ahmed et al, 2010).

2.3.2 O Microcrédito na Europa

Ao analisarmos o mercado europeu de microfinanciamento, verificamos que não existe um modelo de microfinanças comum para toda a Europa uma vez que se trata de um mercado ainda imaturo e subdesenvolvido; no entanto consideramos que se trata de um mercado em que o microcrédito tem extrema importancia no sentido de possuir

muito potencial para combater a pobreza e o desemprego existentes, promovendo assim a inclusão financeira e social (Kraemer-Eis et al, 2009 e Laissy, 2014))

Esta realidade acontece também porque como já referimos anteriormente, a Europa encontra-se subdividida por duas realidades completamente diferentes a da Europa Ocidental e da Europa de Leste. Por um lado possuímos a Europa de Leste que possui indicadores relativamente baixos de bem estar social que combinados com as baixas taxas de inclusão dos bancos neste território constituem uma oportunidade para a implementação de instituições de microfinanças de forma a contrariar esta realidade (Kraemer-Eis et al, 2012). Por outro lado possuímos a Europa Ocidental que possui ainda um nível de empreendedorismo que muito reduzido deverá ser explorado a longo prazo (Dayson et al, 2010).

As Pequenas e Médias Empresas são consideradas a base do empreendedorismo na União Europeia, sendo que a maioria destas são consideradas micro-empresas. Desta forma, podemos considerar que o microcrédito na realidade da Europa tem um papel crucial não só para o público considerando individual, mas também para as empresas (Kraemer-Eis et al, 2009).

A Europa em 2009, assim como resto do mundo foi afetada por uma crise mundial, sendo que os países Europeus que mais foram afetados por esta foram os países ocidentais e do sul da Europa uma vez que estes são os que normalmente mais sofrem com os impactos das crises de dívida soberana (exemplo: Grécia, Irlanda Portugal, Espanha e Itália). Em consequência as IMF são igualmente afetadas pelas condições macro-económicas adversas financeira normalmente através do aumento das dificuldades de acesso a fontes externas de financiamento. Esta realidade pode afectar o microcrédito, uma vez que com os problemas que decorrem no sector bancário, o grupo alvo do microcrédito isto é, os financeiramente excluídos mas por outro lado, os economicamente ativos podem ser confrontados com a oferta de crédito por parte dos grandes bancos devido à aversão ao risco e ao aumento da necessidade para a alavancagem para fazer face aos seus balanços (Lozarenço, 2015). Devemos ter presente que esta é a realidade que atualmente a Europa defronta.

O aumento da concorrência proporciona a necessidade das IMF se diferenciarem no mercado. Estas instituições podem fazê-lo ao entender melhor as necessidades e

preferências dos clientes obtendo assim a satisfação e fidelidade do cliente (Cohen, 2001; Husdon e Mutesasira, 2002).

Segundo Kotler e Andreasen (1996) o sucesso virá para aqueles que melhor determinarem as percepções, necessidades e desejos dos mercados-alvo através de comunicação, design, preços, ofertas competitivas e viáveis de forma a alcançarem uma maior sustentabilidade. Assim, as Instituições de Microfinanças devem adoptar mais medidas de Marketing de forma a lutarem para comunicar eficazmente com os seus clientes e mercados até chegar a um maior número de indivíduos (Cracknell et al 2002).

Por vezes as instituições de microfinanças atravessam um processo de transformação uma vez que iniciam-se como ONG -Organizações não-governamentais em que financiam os seus negócios por meios de doações; no entanto, com o passar do tempo começam a amadurecer e transformam-se em instituições financeiras formais e entidades regulamentadas. O principal desafio das IMF na UE é desenvolver e manter um modelo de financiamento por um lado flexível e por outro sustentável para as operações de microfinanças (Kraemer-Eis et al, 2012).

Como acabei de referir as instituições de microfinanças são entidades regulamentadas, ainda que a regulamentação possa diferir do local existente uma vez que as diretrizes da UE podem não ter sido integralmente transpostas para o direito nacional, em alguns países europeus apenas são regulados os bancos que envolvam microempréstimos (Comissão Europeia, 2007). Para além da regulamentação bancária existem aspetos legislativos mais gerais como é o caso de: limitação das taxas de juro, leis fiscais e disposições legais em relação ao auto-empresendedorismo que influenciam tanto os micro-credores como os micro-mutuários, e têm influência sobre o desenvolvimento do microcrédito em determinado país (Kraemer-Eis et al, 2012). O mercado europeu de microfinanças é um mercado muito específico uma vez que é caracterizado por diversos quadros legais e regulamentares, diferentes realidades económicas, diferentes filosofias políticas em relação à atividade socio-económica e assim como seria expectável diferentes estruturas no sector financeiro (Reifner, 2001).

Segundo a Comissão Europeia (2014), o microcrédito define-se como empréstimos com valores até aos 25 000 euros para microempresários, jovens ou pessoas desfavorecidas que se encontram inativas, em situação de desemprego ou que se mantêm através de subsídios sociais e que querem trabalhar, mas não têm acesso aos

créditos bancários tradicionais; assim o microcrédito dirige-se aos indivíduos em risco de exclusão social e tem como objetivo o combate à pobreza (Armendáriz,2009)

Para os bancos, o microcrédito é considerado um crédito de alto risco, com baixo retorno e em que os custos de gestão inerentes a este são excessivamente elevados relativamente ao montante do crédito concedido. Assim, cada vez mais na União Europeia os Estados-Membros têm-se vindo a especializar em instituições de microfinanças com o objetivo de superar as dificuldades resultantes dos problemas considerados pelos bancos (Comissão Europeia, 2014).

Como já referi anteriormente, o microcrédito permite diminuir a pobreza existente e aumentar assim o crescimento e desenvolvimento de um país. Assim, a União Europeia com o objetivo de desenvolver e alastrar o mercado de microcrédito na Europa propôs uma iniciativa que é constituída por quatro vertentes que são considerados os pilares de microfinanciamento do mercado europeu:

- Melhoria do enquadramento jurídico e institucional dos Estados-Membros: Para que isto aconteça propôs-se aos países a criação de um enquadramento que permita o desenvolvimento das IMF que abranja todos os segmentos de população; dar apoio a viabilidade do microcrédito, flexibilizando as taxas de juro; reduzir as despesas de exploração através de reduções de impostos, e de isenções fiscais, o que vai ser importante para o desenvolvimento do microcrédito; adaptação da regulamentação e supervisão nacionais às especificidades da microfinança, isto é a nova regulamentação e supervisão deve ter em conta a realidade dos custos de implementação e dos custos inerentes das IMF de forma a protege-las.
- Criação de um clima favorável ao espírito empresarial: Para que isto aconteça, foi proposto a melhoria do quadro institucional para os trabalhadores independentes e para as microempresas, através de isenção de encargos sociais, simplificação nos procedimentos inerentes ao registo; aumento da possibilidade de sucesso das novas microempresas devido a serviços de formação e ajuda ao desenvolvimento das empresas (Kraemer-Eis et al, 2012).
- Incentivo da propagação de boas práticas: estabelecendo um código de conduta para as IMF; criar um rótulo de microcrédito específico para chamar a atenção dos cidadãos da EU. Este rótulo permitiria que os fundos de investimentos prestassem mais atenção ao microcrédito nomeadamente às IMF eficientes; fornecer mais informações sobre as IMF de modo a aumentar a publicidade;

redigir manuais técnicos, guias e até mesmo programas informáticos para ajudar as IMF a adotar melhores práticas; facilitar o acesso ao financiamento das instituições.

- Entrada de capital financeiro de forma a suplementar os organismos de microcrédito: a Comissão Europeia propõe a criação de um microfundo que teria como principal objetivo ajudar a aumentar a autonomia das IMF o que contribuiria para aumentar a oferta e o desenvolvimento do microcrédito na Europa (Comissão Europeia, 2014).

Uma vez reconhecido o potencial que o microcrédito apresenta como promotor da inclusão social e do empreendedorismo, a Comissão Europeia tem lançado várias iniciativas de forma a promover e apoiar o desenvolvimento deste setor na Europa (Jayo et al,2010).

Algumas das iniciativas lançadas de acordo com o quadro financeiro proposto entre 2007 e 2013 foram:

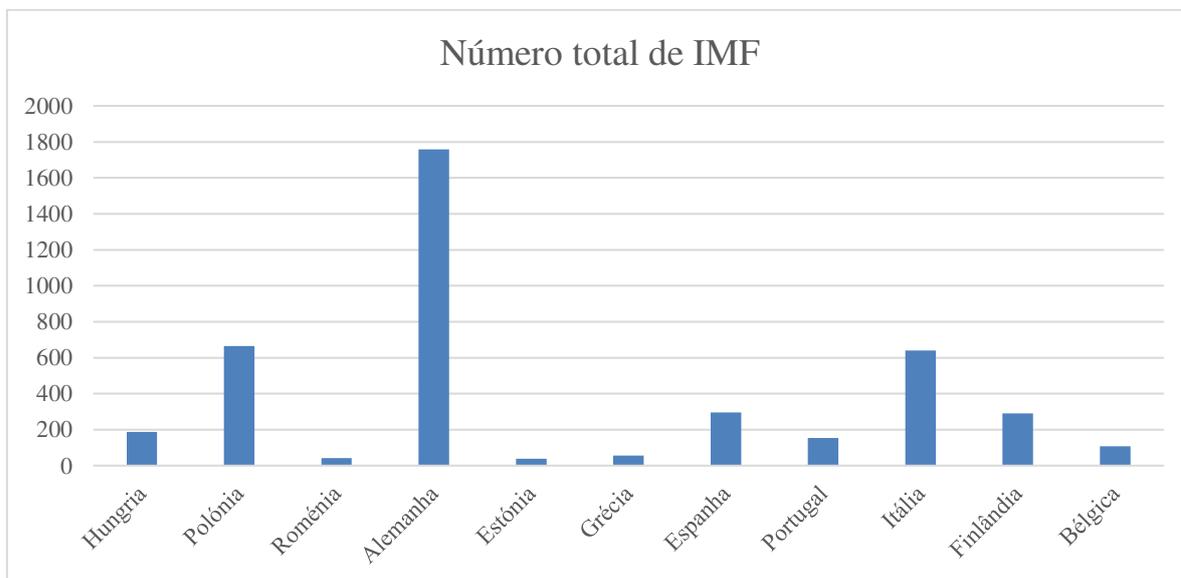
- European Progress Microfinance Facility: Este programa foi lançado em 2010 e tem como principal objetivo aumentar a facilidade de concessão de créditos, sempre com base no microcrédito. Este programa envolve apenas créditos de valor inferior a €25.000,00 destinados à criação e ao desenvolvimento de um pequeno negócio.
- Microcredit Guarantee Window: Este programa consiste em fornecer garantias do EIF (European Investment Fund), com o objetivo de cobrir o risco das carteiras de financiamento de microcrédito, que as Instituições de Microfinanças concedem às microempresas. A partilha deste risco tem como principal objetivo estimular o microcrédito.
- JEREMIE (Joint European Resources to Micro to Medium Enterprises): Este programa foi desenvolvido pela Comissão Europeia em cooperação com o EIF, este tem o objetivo de fornecer aos Estados Membros a oportunidade de utilizar os fundos estruturais para os seus instrumentos financeiros permitindo assim fornecer capitais, créditos ou garantias.
- JASMINE (Joint Action to Support Microfinance Institutions in Europe): Este programa fornece dois tipos de serviços, por um lado cede apoio técnico aos fornecedores de microcrédito e por outro lado fornece ferramentas de

desenvolvimento de negócios e serviços para todo o setor de microcrédito europeu. O principal objetivo deste programa é ajudar a desenvolver a capacidade do setor de microcrédito na Europa de forma a melhorar o desempenho e profissionalismo permitindo oferecer um melhor serviço ao mutuário (Laissy, 2014).

Tendo em conta tudo o que foi analisado neste capítulo podemos dizer que a Microfinança na Europa está a ser gradualmente consolidado como uma ferramenta essencial na política social para a promoção do auto - emprego, das microempresas e como apoio e luta contra a exclusão social e financeira.

De forma a analisarmos numericamente tudo o que foi referido, vamos proceder a análise do número de IMF presentes numa amostra da Europa.

Figura 1 – Número de Instituições de Microfinanças - Europa



Fonte: European Central Bank (Agosto de 2016)

A figura acima apresenta o número de Instituições de Microfinanças em número absoluto em Agosto de 2016 que está representada uma amostra de 11 países.

Ao analisar os países individualmente, destaca-se de imediato a Alemanha uma vez que possui o número de IMF mais elevado (1759) dos países em estudo. Por outro lado, verificamos que os países que apresentam valores mais baixos são a Roménia e a Estónia. Sendo que a compararmos os extremos dos países em estudo verificamos que existe uma discrepância de mais de 1700 IMF, o que significa que na Alemanha existe mais possibilidade de atingir um maior nível populacional do que por exemplo na Roménia.

3. Indicadores de pobreza e microcrédito

Como já referimos anteriormente o microcrédito é um mecanismo que tem como público-alvo a população excluída do crédito bancário tradicional, isto é, os que ultrapassam uma situação económica mais desfavorável. Como tal podemos à partida concluir que determinado país com um nível de pobreza mais acentuado terá um maior público com potencial para aderir aos programas de microcrédito. Assim, no presente capítulo serão apresentados e comparados vários indicadores que nos permitem identificar a pobreza, o desenvolvimento, a desigualdade assim como a riqueza existente em cada país em estudo. A comparação dos indicadores foi efetuada com o objetivo de perceber qual a relação existente entre as diversas variáveis estudadas.

3.1 População em risco de pobreza

Como já referi anteriormente nesta investigação, a pobreza é uma realidade com que nos deparamos de uma forma geral a nível mundial. Contudo esta é uma realidade que difere de país para país. De seguida irei apresentar dados referentes à percentagem da população total que vive com menos de 2 dólares por dia (em paridade de poder de compra), relativamente aos países que vão ser analisados no estudo empírico nesta investigação.

Tabela 1 - População com menos de 2 dólares por dia (% da população total) - Europa

Europa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Polónia	0,03	0,01	0,02	0,38	0,02	0,02	0,01	0,01
Rússia	0,2	0,07	0,04	0,15	0,08	0,04	-	-
Ucrânia	0,08	0,01	0,07	0	0	0	0	0,01
Turquia	1,43	0,62	0,87	0,78	0,28	0,26	0,33	-
Bulgária	0,42	1,18	1,15	1,93	2,19	2,03	-	-
Roménia	-	4,94	3,72	4,78	-	6,11	0	-
Moldávia	1,11	1,29	1,03	0,53	0,28	0,34	0,08	0
Servia	0,35	0,07	0,12	0,1	-	-	0,19	-
Bósnia e Herzegovina	0,06	-	-	-	0,07	-	-	-
Albânia	-	0,37	-	-	-	1,06	-	-
Macedónia	-	1,33	-	-	-	-	-	-

Fonte : World Bank (2007:2014)

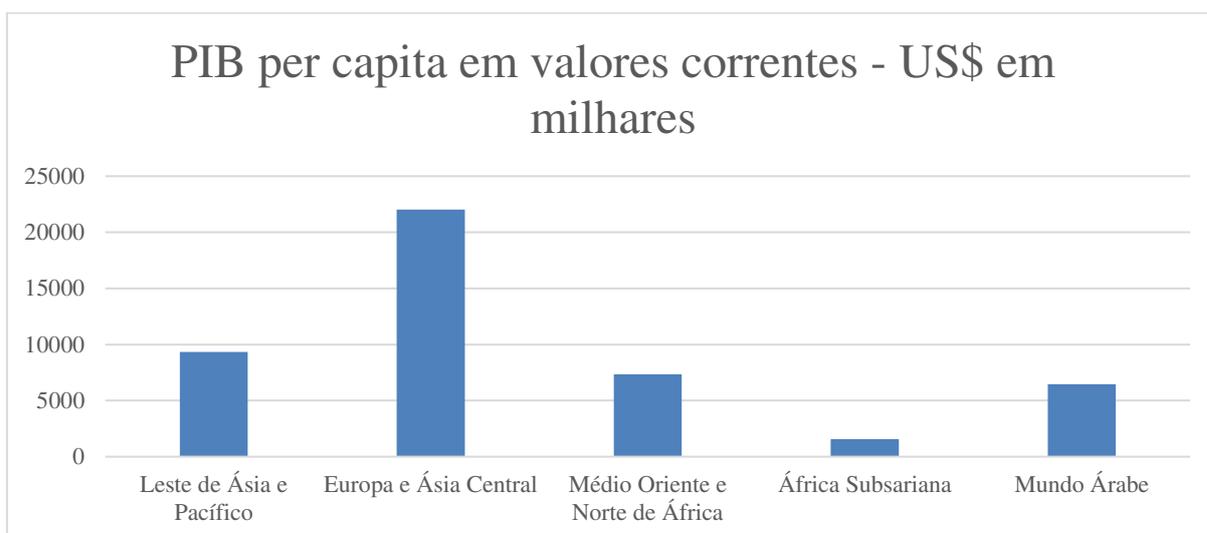
De acordo com a tabela acima apresentada, podemos verificar que relativamente aos onze países em estudo do continente europeu, apesar do elevado número de anos sem quaisquer dados referentes a estes países, conseguimos perceber que de uma forma geral os países com mais população com menos de 2 dólares por dia são a Bulgária e a Roménia com uma diferença significativa dos restantes. Por outro lado, o país que apresenta valores mais reduzidos é a Polónia.

Como já referimos a pobreza reflete a situação de desigualdade económica de um país, assim como o nível de vida da população que nele habita. Assim, o microcrédito surgiu como um mecanismo que pretende tentar eliminar ou diminuir a pobreza existente, fornecendo novas oportunidades para as pessoas conseguirem sair da situação em que se encontram.

3.2 Produto Interno Bruto – PIB

O PIB (Produto Interno Bruto) é um elemento fundamental para avaliar o desempenho da economia de um país, uma vez que este demonstra-nos a riqueza que determinado país consegue criar, pois este é uma combinação do que foi produzido, do que se investiu, do que se comprou e do que se exportou em determinado ano.

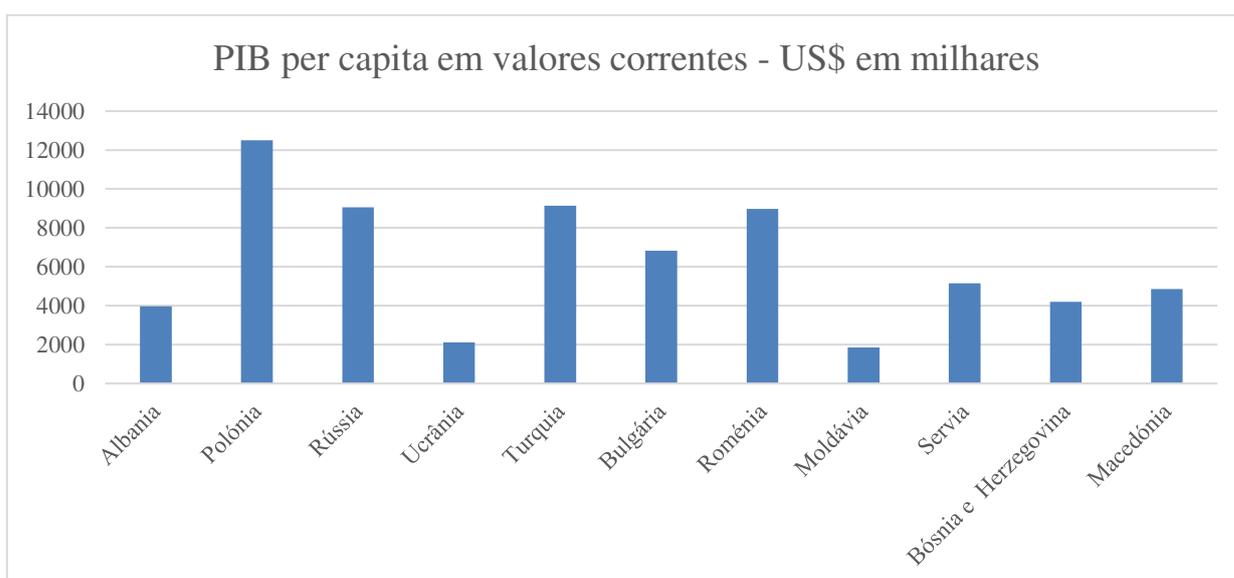
Figura 2 – PIB per capita em valores correntes



Fonte: World Bank (2015)

A figura em cima (Figura 2) permite verificarmos o PIB per capita em valores correntes (US\$ em milhares) a nível mundial no ano de 2015. Verificamos de imediato que a Europa e a Ásia Central possuem um PIB per capita excessivamente superior às restantes regiões em análise. É de salientar também que por outro lado, verificamos que o PIB per capita de África Subsariana é muito inferior às restantes regiões, isto acontece dadas as condições inerentes aos países desta região, isto é a capacidade de produzir riqueza é muito inferior na África Subsariana do que na Europa.

Figura 3 – PIB per capita em valores correntes - Europa



Fonte: World Bank (2015)

Tendo em conta a figura 3 supra podemos verificar o PIB per capita em valores correntes (US\$ em milhares) dos países que serão analisados pormenorizadamente numa fase posterior nesta investigação.

Ao analisarmos o mesmo, destaca-se de imediato que a Polónia é o país em estudo com maior PIB per capita, por outro lado, inversamente temos a Ucrânia e a Moldávia com valores semelhantes que possuem o PIB per capita mais baixo dos países em estudo. Relativamente aos restantes países temos a Rússia, a Turquia, a Roménia e a Bulgária com um PIB per capita a rondar os 7.000 – 8.000 milhares, seguindo-se a Sérvia, a Bósnia e Herzegovina, a Macedónia e finalmente a Albânia com um PIB per capita a rondar os 4.000 milhares.

3.3 População em risco de pobreza multidimensional – IPM

O Índice de Pobreza Multidimensional, é um índice que surgiu em 2010 através do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Este é fornecido através dos relatórios de desenvolvimento humano. Este índice reflete o número de pessoas pobres e em que dimensão (padrão de vida, educação e saúde) assim como a intensidade da sua pobreza. Neste caso vamos analisar apenas uma vertente deste índice. Vamos analisar a população em risco de pobreza multidimensional de forma a perceber a percentagem da população total que se encontra nesta situação. Assim, serão analisados de seguida apenas os países europeus em risco de pobreza acentuada. Desta forma apenas irão ser analisados os países com um baixo PIB per capita (Figura nº3).

Tabela 2 – População em risco de pobreza multidimensional (% da população total)

Europa	Ano	Valor
Albânia	2009	7,2
Bósnia e Herzegovina	2012	3,2
Bielorrússia	2012	3,2
Sérvia	2014	2,7
Ucrânia	2007	0,2
Moldávia	2012	2,2

Fonte: Human Development Report, 2015 (2007:2012)

Tendo em conta a tabela 2, verificamos de imediato que a Albânia apresenta um índice significativamente superior aos restantes países em análise, o que significa que este país possui uma maior percentagem da população em risco de pobreza. Por outro lado, temos a Ucrânia que é dos países em estudo o que apresenta um valor mais baixo.

3.4 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que nos é fornecido através dos relatórios de desenvolvimento humano. Este indicador permite-nos perceber qual o nível de desenvolvimento de determinado país não só através da sua riqueza, mas também através da capacidade de expansão das capacidades humanas. Relativamente a este indicador, vamos apresentar mais uma vez os 12 países do continente Europeu em estudo, de forma a perceber quais as diferenças no seu desenvolvimento, mas também qual a posição que ocupa no ranking mundial de forma a perceber melhor como se encontra estruturado comparativamente com o resto do mundo.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Europa	Posição	IDH
Polónia	36	0,843
Rússia	50	0,798
Roménia	52	0,793
Bulgária	59	0,782
Sérvia	66	0,711
Turquia	72	0,761
Macedónia	81	0,743
Ucrânia	81	0,747
Bósnia e Herzegovina	85	0,733
Albânia	85	0,733
Moldávia	107	0,693

Fonte: Human Development Report, 2015

De acordo com a tabela apresentada podemos verificar que para todos os países europeus analisados se enquadrarem no grupo dos países com desenvolvimento humano alto. Há a exceção da Moldávia que se enquadra num país com desenvolvimento humano médio.

3.5 Índice de Desigualdade de Género

O Índice de Desenvolvimento de Género é um indicador que nos é fornecido através dos Relatórios de Desenvolvimento Humano. Este indicador permite-nos medir as desigualdades de género no desempenho nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Saúde – é medida pela esperança média de vida feminina e masculina no momento do nascimento.
- Educação – é medida pelos anos de escolaridade esperados para as crianças (do sexo feminino e masculino) assim como os anos médios de escolaridade para adultos com idades superiores a 25 anos (sexo feminino e masculino).
- Recursos económicos – é medido pelo rendimento auferido estimado (ambos os sexos).

Tal como tem acontecido na análise dos restantes indicadores, vamos de seguida efetuar uma breve análise dos 12 países em estudo de forma a perceber qual a desigualdade de géneros existente em cada um deles. Assim como aconteceu no IDH através do ranking poderemos perceber qual o posicionamento do país relativamente aos restantes.

Tabela 4 – Índice de desigualdade de gênero (IDG)

Europa	IDG	Posição
Albânia	0,217	45
Bulgária	0,212	44
Bósnia e Herzegovina	0,201	41
Bielorrússia	0,151	31
Rússia	0,276	54
Macedónia	0,164	33
Polónia	0,138	28
Roménia	0,333	64
Sérvia	0,176	38
Turquia	0,359	57
Ucrânia	0,286	57
Moldávia	0,248	50

Fonte: Human Development Report, 2015 (2014)

Como já foi referido anteriormente, o microcrédito é visto também como um mecanismo que pode colmatar as desigualdades existentes entre géneros, uma vez que nos países menos desenvolvidos, as mulheres desempenham um papel de cuidar da educação dos filhos e desta forma dada a falta de oportunidades não podem crescer profissionalmente. Desta forma o microcrédito consegue chegar ao alcance deste público alvo, sendo que a prova disso mesmo é que a concessão de empréstimos das IMF a mulheres nos países em desenvolvimento em 2009 representava 70% da totalidade (Daley-Harris, 2009).

Assim, ao analisarmos a tabela verificamos que os países com um índice de desigualdade de género mais elevado são a Turquia e a Roménia. Por outro lado os países que apresentam índices mais baixos e desta forma melhor posicionamento no ranking são a Bielorrússia, a Macedónia e a Sérvia.

3.6 Comparação de indicadores

Como sabemos o mundo ultrapassa uma crise financeira global, que traz repercussões para o microcrédito, uma vez que as IMF se veem a concorrer com os bancos tradicionais na medida que estes, de forma a sobreviver à crise que se verifica, veem-se obrigados a baixar taxas assim como os critérios de concessão de crédito. Desta forma, verificamos que as variáveis macroeconómicas como é caso da evolução do PIB têm impacto no desempenho das IMF (Imai et al, 2011).

Assim, após analisarmos as variáveis macroeconómicas (PIB per capita, Índice de desenvolvimento humano e Índice de desigualdade de género) relativas aos países que serão estudados no estudo empírico desta investigação, sentimos necessidade de proceder a uma breve análise da relação destas variáveis com as variáveis que farão parte do nosso modelo econométrico, de forma a tentar perceber qual a influência das variáveis macroeconómicas em variáveis mais específicas como é o caso do número de instituições de microfinanças. Para procedermos a esta análise utilizamos como base de dados : Mix Market (<http://www.mixmarket.org/>), sendo que uma vez que possuímos anos diferentes observados por Instituição de Microfinanças utilizamos sempre o ultimo ano para o qual possuíamos observação de forma a conseguir proceder a análise de todas as Instituições de Microfinanças existentes nos países em observação. Por outro lado, relativamente às variáveis macroeconómicas utilizamos a base de dados que tínhamos recolhido anteriormente, isto é para o PIB per capita utilizamos como base de dados o World Bank sendo que nos centramos nos valores do ano de 2014, para o IDH e o IDG utilizamos a base de dados do Human Development Report 2015, sendo que analisamos também o ano de 2014.

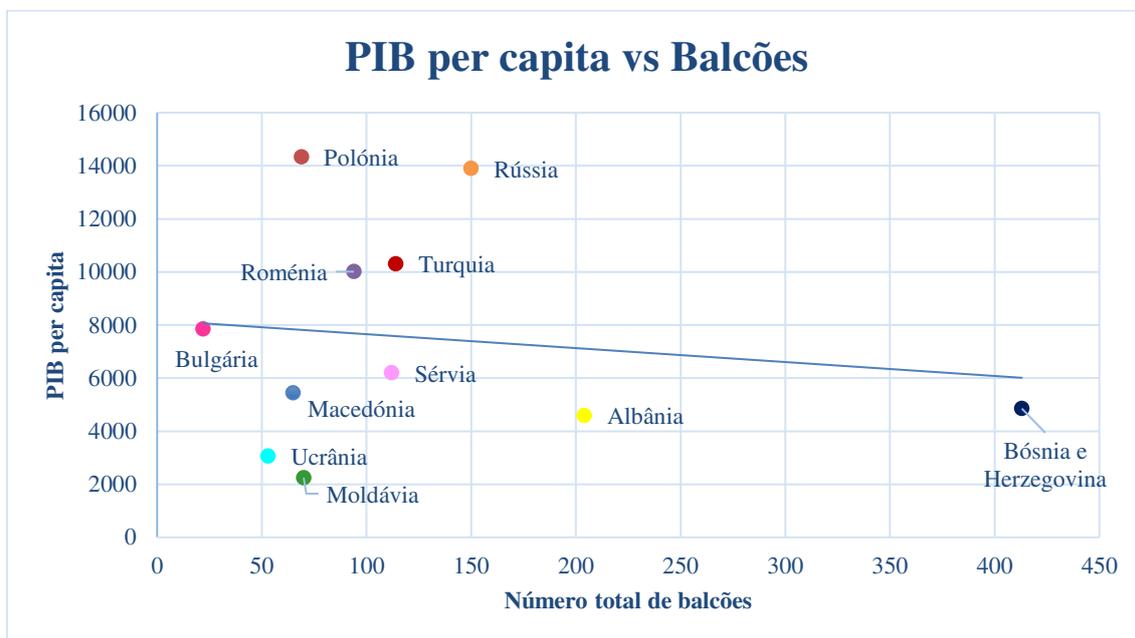
De forma a procedermos a análise da relação das variáveis, utilizamos gráficos de dispersão.

3.6.1 PIB per capita vs Balcões

De acordo com a figura 4, vamos proceder a uma breve análise da relação que o PIB per capita de cada país tem com o número total de balcões existentes no mesmo. Ao analisarmos as variáveis do número total de balcões, consideramos o total destes em

cada país em estudo, independentemente da instituição de microfinanças em que se encontram inserido.

Figura 4 - PIB per capita vs Balcões

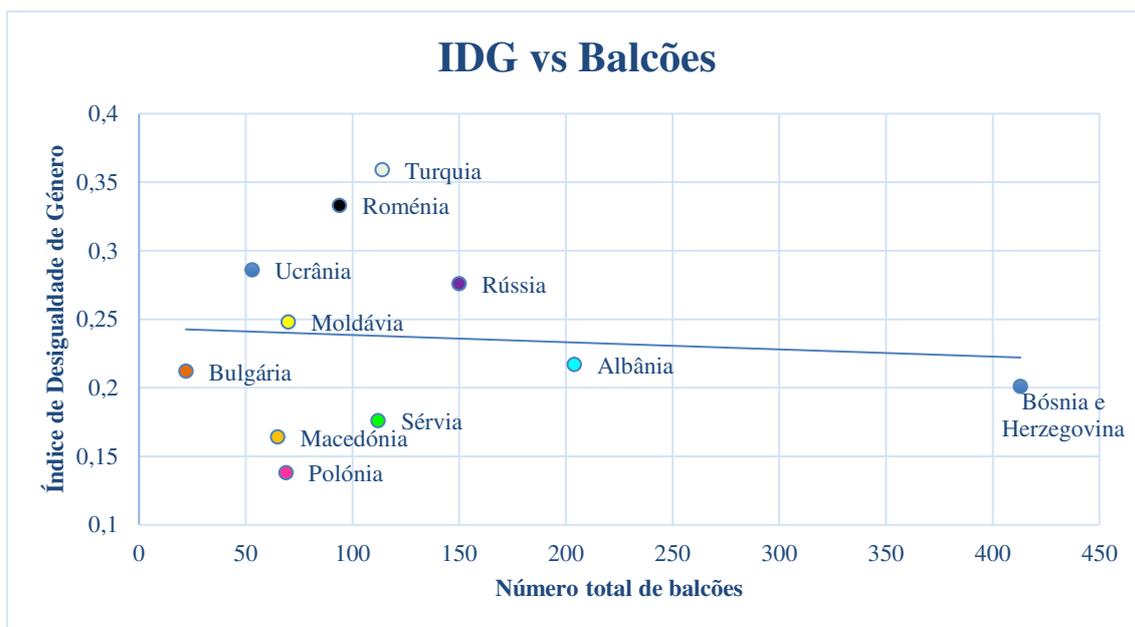


Analisando a figura 4, verificamos que estamos perante correlação linear negativa, ainda que pouco acentuada, o que significa que as variáveis tendem a mudar em direções opostas, isto é, quando um país apresenta um PIB per capita superior tende a possuir menos balcões de IMF. Por outro lado, um país com um PIB per capita inferior tem mais balcões de microfinanças. Como já referimos inúmeras vezes ao longo desta dissertação o microcrédito tem por objetivo ajudar as pessoas que se encontram em pobreza. Desta forma o que esta figura nos permite concluir é que os países com um PIB per capita menor, isto é, com a realidade de pobreza mais acentuada (público-alvo microcrédito) possuem mais escritórios de microfinanças o que irá permitir que estas pessoas consigam aceder ao mecanismo do microcrédito com maior facilidade.

3.6.2 Índice de Desenvolvimento de Género vs Balcões

De seguida vamos proceder a uma breve análise da figura 5, que nos permite analisar a relação existente entre o Índice de Desigualdade de Género e o número total de escritórios de microfinanças existente.

Figura 5 - IDG vs Balcões



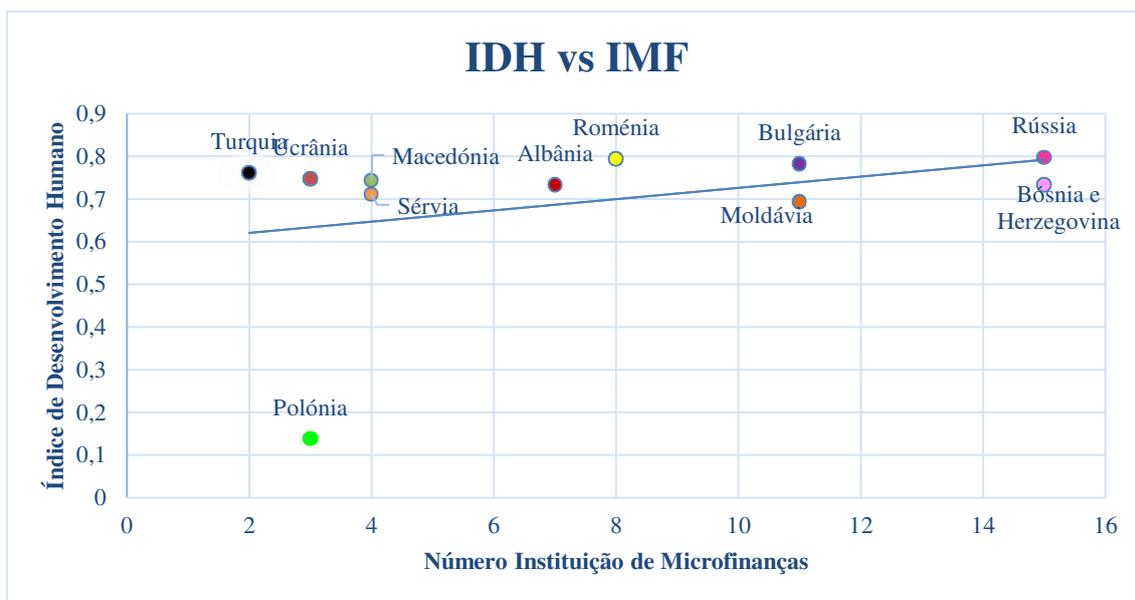
Ao analisarmos a figura 5 podemos dizer que estas variáveis possuem também uma correlação negativa linear.

Verificamos que quase todos os países da nossa amostra com a exceção da Bósnia e Herzegovina se concentram no mesmo intervalo (número total de balcões entre 15 e 200; IDG entre 0,12 e 0,37).

3.6.3 Índice de desenvolvimento humano vs Instituições de Microfinanças

De acordo com a figura 6 vamos proceder a uma breve análise da relação existente entre o Índice de Desenvolvimento Humano de cada país, e o número de Instituições de Microfinanças existente em cada um deles.

Figura 6 - IDH vs IMF

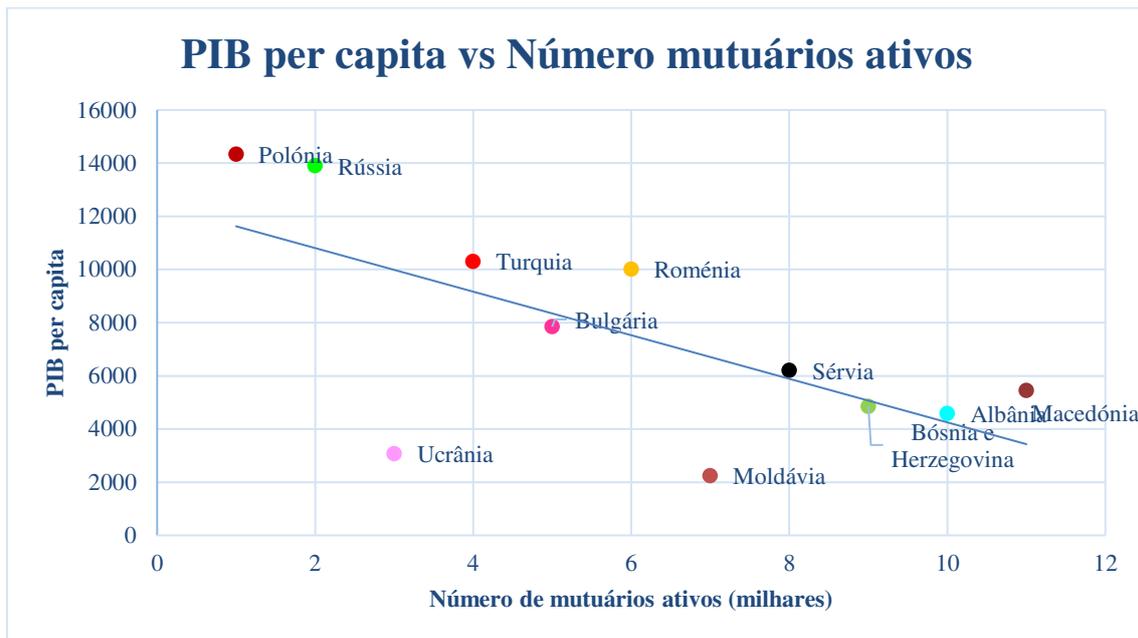


Ao analisarmos a figura 6 verificamos que as variáveis em estudo possuem uma correlação linear quase nula, uma que todos os países se concentram ao longo da reta que exprime a relação ente as variáveis. Isto acontece uma vez que no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano, todos os países se inserem num intervalo muito pequeno, isto é, 0,7 a 0,85. Não existe nenhum país com um IDH muito diferente, o que faz com que todos se concentrem ao longo da reta e esta possua uma inclinação quase nula.

3.6.4 PIB per capita vs Número de mutuários ativos

De acordo com a figura 7 vamos proceder a uma breve análise do PIB per capita relacionado com o Número de mutuários ativos (milhares) nas Instituições de Microfinanças, sendo que o número de mutuários ativos consideramos a ultima observação de cada IMF.

Figura 7 - PIB per capita vs Número de mutuários ativos



Ao analisarmos a figura 7, verificamos que existe uma relação linear negativa, o que significa que as variáveis tendem a variar em sentidos opostos. Isto é, um país com um PIB per capita superior tende a possuir menos mutuários ativos nas IMF. O número de mutuários ativos são o nosso público-alvo do microcrédito e, como tal, estas pessoas encontram-se em situação de pobreza, e os países com um PIB per capita mais baixo vão possuir mais mutuários ativos nas IMF. Este resultado já era expectável de acordo com o resultado obtido na análise 3.6.1 PIB per capita vs Balcões.

Verificamos que a maior parte dos países estão concentrados ao longo da linha do diagrama apresentado, com a exceção da Ucrânia e da Moldávia.

3.6.5 Estatísticas Descritivas e Matriz de Correlação

De acordo com base de dados construída para a construção deste capítulo, utilizando o software econométrico STATA construímos a tabela das estatísticas descritivas assim como matriz de correlação de forma a efetuar uma análise mais detalhada das variáveis estudadas.

Tabela 5 - Estatísticas Descritivas

Variável	Número de observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Número de IMF	11	7.545	4.824	2	15
Balcões	11	124.182	107.985	22	413
Pessoal	11	1253.455	786.635	63	2461
Agentes de Crédito	11	331.097	363.091	14	1293
Número de depositantes	11	69.317	98.688	2.98	358.49
PIB per capita	11	7528.181	4131.27	2244.764	14337.21
IDG	11	0.237	0.070	0.138	0.359
IDH	11	0.758	0.043	0.693	0.843

Na tabela nº5 – Estatísticas Descritivas estão apresentadas todas as variáveis em estudo neste capítulo as estatísticas descritivas como o número de observações, a média, o desvio padrão assim como o valor mínimo e máximo apresentado para cada variável.

Ao analisarmos a tabela, verificamos que existe uma certa discrepância entre os valores mínimos e máximos principalmente nas 5 primeiras variáveis apresentadas, isto acontece porque embora todos os países em estudo sejam da Europa de Leste, a presença assim como a dimensão das Instituições de Microfinanças difere bastante de país para país. Por outro lado, no que diz respeito ao PIB per capita, ao IDG e IDH não se verifica uma discrepância tão acentuada uma vez que os países se encontram num intervalo curto de desenvolvimento, isto é, encontra-se todos na mesma linha de

desenvolvimento, de desigualdade e de riqueza. Assim, no que diz respeito à variável do número de IMF a observação mínima (2) verificou-se na Turquia, por outro lado, a observação máxima (15) verificou-se na Rússia e na Bósnia e Herzegovina. No que diz respeito à variável dos balcões o valor mínimo apresentado (22) foi apresentado na Bulgária e o máximo (413) na Bósnia e Herzegovina. Quanto à variável do pessoal, a observação mínima (63) foi apresentada na Bulgária e a observação máxima (2461) foi apresentada na Rússia. Por sua vez, o país que apresentou menos agentes de crédito (14) foi a Ucrânia e o que registou mais (1293), foi a Bósnia e Herzegovina. Relativamente ao número de depositantes como era expectável o país que apresentou menos foi a Bulgária, e por outro lado a Bósnia e Herzegovina foi o que registou um número maior. Por sua vez, relativamente ao PIB per capita e ao IDH o país que apresentou um valor mínimo apresentado nestas variáveis foi a Moldávia, e por outro lado o país que registou a observação máxima foi a Polónia. Finalmente, no que diz respeito ao IDG o país que apresentou um menor nível de desigualdade foi a Polónia, e o que registou o maior valor de desigualdade foi a Turquia.

Após esta breve análise das estatísticas descritivas, vamos tentar perceber de que forma estão correlacionadas as mesmas através da matriz de correlação que se segue.

Tabela 6- Matriz de Correlação

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8
V1	1.000							
V2	0.5052	1.000						
V3	0.4775	0.6801	1.000					
V4	0.5343	0.9594	0.6278	1.000				
V5	0.5562	0.9554	0.5841	0.9472	1.000			
V6	-0.0042	-0.1372	-0.0399	0.0189	-0.1209	1.000		
V7	0.0160	-0.0808	-0.0660	-0.1981	-0.0974	0.0877	1.000	
V8	-0.0640	-0.2282	-0.1684	-0.0640	-0.1822	0.8758	0.0125	1.000

Legenda: V1 – IMF; V2 – Balcões; V3 – Pessoal; V4 –Agentes de Crédito; V5 – Número de mutuários ativos (milhares); V6- PIB per capita; V7 – IDG; V8- IDH

Ao analisarmos a matriz de correlação entre as variáveis (tabela 6) verificamos que existem bons níveis de correlação entre as variáveis como é o caso dos balcões com os agentes de crédito e o número de mutuários ativos e, agentes de crédito com o número de mutuários ativos. Por outro lado, há variáveis que possuem níveis de

correlação mais fracas como é o caso no número de IMF com o IDG e agentes de crédito com o PIB per capita.

4. Estudo Empírico

Após ter realizado uma investigação sobre a pobreza e o microcrédito concretamente nos países de Europa de Leste, percebi que existe uma interligação com as instituições de microfinanças, uma vez que estas são a ligação para que a população consiga usufruir de um mecanismo de financiamento para aliviar a pobreza que é o microcrédito. As IMF dependendo do espaço de implementação em que estão inseridos têm necessidade de captar sempre mais mutuários ativos. Desta forma esta investigação incide sobre o impacto da dinâmica das IMF na captação de público, de forma a conseguir efetuar uma análise deste tema, vamos de seguida apresentar a metodologia de análise dos dados assim como a construção e estimação do modelo econométrico, para por fim apresentar os resultados obtidos assim como as implicações que estes trazem para a presente investigação.

4.1 Metodologia

4.1.1. Dados

Como sabemos, o Microcrédito é um mecanismo presente em todo o mundo. No entanto este é praticado mais frequentemente em certos países do que noutros dependendo das condições os países, dependendo do número de IMF instauradas assim como de outros fatores (McDowell, 2006). Nesta investigação em concreto vamos apenas considerar uma amostra de países da Europa de Leste de forma a perceber as condições em que atua o microcrédito assim como impacto que este mecanismo tem para estes países.

De forma a elaborar um modelo econométrico que nos permita proceder a investigação, procedi a obtenção de dados sendo que apenas recorri a uma fonte: Mix Market (<http://www.mixmarket.org/>) onde se procedeu ao levantamento das observações das variáveis de todas as instituições de microfinanças presentes no país em estudo. Desta forma na tabela que se segue irão ser apresentados os países que vamos

analisar, assim como as instituições de microfinanças presentes em cada um deles e para finalizar quais os anos para os quais foi possível obter observações.

Tabela 7- Países e Instituições de Microfinanças

Países	Instituição de Microfinanças	Anos observados
Polónia	<ul style="list-style-type: none"> • Inicjatywa Mikro • FM Bank • Fundusz Mikro • RDF 	2009-2014 2012-2014 2008-2013 2001-2003
Rússia	<ul style="list-style-type: none"> • Activ • Almazkreditservis • Alternativa • Alteya • APMB • Aurora • Avantaj • Bagaevskiy • Bank Intesa • Belomorskiy • BFSBS • Blago • Bobrov Fund • Boguchar • Borisoglebsk 	2007-2009 2009-2011 2009-2011 2009-2011 2014 2005-2007 2012-2014 2007-2008 2006-2008 2007-2008 2009-2011 2007-2008 2014 2014 2014
Ucrânia	<ul style="list-style-type: none"> • HOPE Ukraine • Khosen • ProCredit Bank 	2012-2014 2004-2006 2011-2013
Bielorrússia	<ul style="list-style-type: none"> • Belarusky Narodny • CSI 	2014 1999-2001
Turquia	<ul style="list-style-type: none"> • Maya • TGMP 	2008-2010 2013-2015
Bulgária	<ul style="list-style-type: none"> • Aetos • Agroimpuls • Doverie Finance • Doveriye • DSK Dobrich • General Toshevo • Kajnardza 96 • Kredo • KSK RPK • Maritsa Invest • Mikrofond 	2009-2011 2008-2010 2012-2014 2012-2014 2007-2009 2011-2013 2007-2009 2006-2008 2010-2012 2010-2014 2010-2012
Roméia	<ul style="list-style-type: none"> • CDE • Integra – ROM • LAM • OMRO • Patria Credit • ProCredit Bank – ROM • ROMCOM • VITAS IFN SA 	2004-2005 2005-2007 2013-2015 2013-2015 2012-2015 2011-2014 2008-2010 2012-2014
Moldávia	<ul style="list-style-type: none"> • Chernoleuka • Faguras • Grimancauti • Invest-Credit Moldova • MicroInvest • Prinvestnord • ProCredit – MDA • ProCredit Bank – MDA • Rural Finance Corporation 	2015 2015 2015 2009-2011 2012-2015 2012 2006-2008 2011-2013

	<ul style="list-style-type: none"> • SMART CREDIT • Valea Vylkuluj 	2013-2015
Sérvia	<ul style="list-style-type: none"> • AGROINVEST – SERBIA • MD • OBS • PROCREDIT BANK SERBIA 	2013-2015 2015 2013-2015 2011-2013 2013-2015 2011-2013
Bósnia e Herzegovina	<ul style="list-style-type: none"> • ADRIA MIKRO • BENEFIT • BOSVITA • EKI • INTESA SANPAOLO BANKA • LIDER • LOK MICROCREDIT FOUNDATION • MI-BOSPO • MIKRA • MIKRO ALDI • MIKROFIN • PARTNER • PRIZMA • PROCREDIT BANK – BIH • SUNRISE 	2009-2010 2004-2006 2001-2002 2012-2014 2004-2006 2012-2014 2013-2016 2013-2015 2012-2015 2011-2013 2013-2015 2013-2015 2010-2012 2010-2012 2012-2014
Albânia	<ul style="list-style-type: none"> • ASC UNION • BESA • CREDINS BANK • FAF-DC • NOA – ALB • PROCREDIT BANK – ALB • VISIONFUND ALBANIA 	2011-2013 2012-2014 2010-2011 2011-2013 2008-2010 2010-2013 2013-2015
Macedónia	<ul style="list-style-type: none"> • FULM • HORIZONTI • MOZNOSTI • PROCREDIT BANK - MKD 	2010-2012 2013-2015 2013-2015 2011-2013

4.1.2 Definição das variáveis

De acordo com a literatura estudada, verificamos que para agilizar a dinâmica do microcrédito é importante a influência de três dimensões: balcões; pessoal empregado e agentes de crédito. De forma a estudar a dinâmica do microcrédito nos países em estudo, vamos utilizar as seguintes variáveis:

- Balcões – Número de escritórios de microcrédito, ou seja, de agências ligadas a uma instituição de microfinanças capacitadas para a concessão de microcrédito. Como já referimos anteriormente nesta investigação, os clientes que não têm acesso aos sistemas financeiros formais têm de recorrer a estes balcões das

instituições de forma a poderem possuir os seus créditos, poupanças, pagamentos e outras necessidades (Collins et al, 2009).

- Pessoal – Número total de funcionários que trabalham a tempo inteiro numa IMF. Este número inclui o pessoal contratado desde que trabalhem a tempo inteiro, sendo que se existir um número significativo de empregados a tempo parcial, este será ajustado para o equivalente a tempo inteiro (Stauffenberg et al, 2011).
- Agentes de crédito – Funcionários representantes de bancos, cooperativas de crédito e outras instituições financeiras que encontram e ajudam os mutuários a adquirir créditos pelos programas de microcrédito (Stauffenberg et al, 2011). O nível de conhecimento tanto a nível cultural como intelectual têm influencia na capacidade comportamental, moral e emocional do agente de crédito (Belucci et al, 2010). O que tem muita importância na concretização dos créditos uma vez que são os agentes quem vão interagir com os mutuários, logo a forma de agir, de compreensão e ser imparcial, isto é, não existir favorecimentos de acordo com as preferências pessoais ou culturais do agente, terá um papel fulcral na decisão final do mutuário (Beck et al, 2012).
- Ativos – Esta variável diz respeito ao total de todos os ativos líquidos, isto é, ao total de todas as contas patrimoniais líquidas de uma instituição de microfinanças (valores, créditos, direitos). No caso específico do microcrédito, quando uma IMF possui uma rubrica de ativos superior tem mais tendência a aproximar-se da realidade dos bancos convencionais (Khandker et al, 2013).
- Carteira de Empréstimos (bruta) – Inclui todos os empréstimos pendentes em aberto, isto é, inclui os empréstimos que deixaram de ser pagos assim como aqueles que foram renegociados, e exclui os que por sua vez já foram vencidos. Não inclui os juros a receber (Zeller et al, 2006).
- Número de mutuários ativos – É o número de indivíduos ou entidades que atualmente têm um saldo de empréstimos pendentes com uma IMF, ou são os principais responsáveis por reembolsar qualquer parcela da carteira de empréstimos bruta. Os indivíduos que possuem vários empréstimos com uma IMF são apenas considerados como um único mutuário (Stauffenberg et al, 2011).

- Depósitos – Representa o valor total de depósitos quer voluntários quer obrigatórios que são apresentados na rubrica depósitos no balanço contabilístico da IMF. Estes são a fonte principal de financiamento para as IMF, que apenas podem receber os depósitos na condição dos vencimentos e as contas associadas estarem regularizadas (Goodman, P. (2004)). Os depósitos são garantidos tanto nos bancos tradicionais como nas instituições de microfinanças. Segundo vários economistas o que o depositante procura é segurança para as suas economias, isto é, um cliente com uma situação económica vulnerável o que pretende é sentir que as suas economias estão seguras e que os seus depósitos estarão disponíveis quando estes precisarem deles (Klaehn et al, 2004).
- Número de depositantes – Número de clientes com qualquer tipo de conta de depósito, quer seja voluntária ou obrigatória.
- Passivos – Esta variável diz respeito ao total de passivos líquidos de uma instituição de microfinanças. Esta rubrica inclui tudo o que as IMF devem a terceiros, incluindo os depósitos, empréstimos, contas a pagar e outros passivos. Comparando o passivo das IMF mesmo tratando-se das maiores estas têm menos dívida que os bancos tradicionais porque as carteiras de microcrédito são apoiadas por menos garantias e ao mesmo tempo os seus perfis de risco são menores do que os existentes nas carteiras dos bancos convencionais (Stauffenberg et al, 2011).
- Empréstimos – Como já referimos nesta investigação, mais especificamente no ponto 2.1 – Microcrédito – este consiste na concessão de um pequeno empréstimo bancário que se destina a pessoas que estejam numa situação económica vulnerável, mas que por outro lado sejam detentoras de um espírito empreendedor, mas que na verdade dada a sua situação económica não conseguem ter acesso ao crédito bancário tradicional (Rallens e Ghazanfar,2006). Assim, esta variável considera os ativos financeiros concedidos através dos programas de microcrédito, criados no momento em que os credores cedem fundos aos devedores.
- Capital Próprio – Total de todas as contas do património líquido da IMF, deduzindo eventuais distribuições. De acordo com Gautam Ivatury e Julie Abrams (2004), os altos níveis contínuos de capital próprio nas IMF's leva a que

estas aumentem as suas responsabilidades em vez que proporcionarem novas entradas de capitais próprios.

4.1.3 Modelo Econométrico

Tendo em consideração os países assim como as IMF já enumeradas (tabela nº5) que vão ser estudadas ao longo desta investigação vamos proceder a análise da tabela nº6 que apresenta as estatísticas descritivas das variáveis que vão ser analisadas numa fase posterior.

Tabela 8 – Estatísticas Descritivas

Variável	Observação	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Balcões	230	19.0765	22.22301	1	110
Pessoal	202	140.9851	275.2966	2	2161
Agentes de crédito	172	55.87186	84.56898	1	406
Ativos (USD m)	217	91.35696	246.1286	0.02	2134.79
Carteira de empréstimos	224	67.33196	192.2117	0.14	1825.33
Número de mutuários ativos	200	9.67835	15.49391	0.02	77.57
Depósitos (USD m)	80	126.1523	223.5541	0.02	1212.65
Número de depositantes (USD m)	51	107.7927	697.7421	0.01	4990.45
Passivos (USD m)	212	82.94877	229.4177	0	2078.57
Empréstimos (USD m)	178	33.28781	107.6594	0	833.44
Capital Próprio (USD m)	215	13.19312	28.64976	0	236.22

Na tabela 8 estão apresentadas para todas as variáveis em estudo as estatísticas descritivas como o número de observações (que difere de variável para variável dada a ausência de observações em determinados anos), a média, o desvio padrão e finalmente o valor mínimo e o valor máximo.

Ao analisarmos a tabela, a discrepância existente entre os valores mínimos e máximos é uma evidência que se verifica de imediato. Isto acontece porque embora todos os países em estudo sejam da Europa de Leste, a presença assim como a dimensão das Instituições de Microfinanças difere bastante de país para país. Assim no que diz respeito à variável dos balcões verificamos que a observação mínima (1) verificou-se não só em diversos países: Polónia, Rússia, Bulgária, Roménia e Moldávia mas também em diversas IMF. Por sua vez, no que diz respeito à observação máxima (110) verificou-se na Turquia, nomeadamente na IMF “TGMP” nos anos de 2014 e 2015. Quanto à variável pessoal a observação com o valor mínimo (2) verifica-se na Bulgária assim como na Rússia, curiosamente a observação máxima (2161) verifica-se também na Rússia mais especificamente na IMF “Bank Intesa” no ano de 2008. Relativamente aos agentes de crédito a observação mínima (1) verifica-se em diversos países: Moldávia, Bulgária e Rússia, mais uma vez a observação máxima (406) verifica-se na Rússia na IMF: Bank Intesa no ano de 2006. Por sua vez, relativamente aos ativos a observação mínima verificou-se na Bielorrússia, assim como a observação máxima verificou-se na Rússia mais especificamente no Bank Intesa. A variável de carteira de empréstimos bruta verificou a sua observação mínima na IMF “Belomorskiy” no ano de 2007 na Rússia, que também foi neste país que se verificou a observação máxima por sua vez na IMF Bank Intesa no ano de 2008. Já a variável de número de mutuários ativos possui a observação mínima (0,02 milhões) na DSK Dobriau na Bulgária. Por sua vez, a observação máxima (77,57) verifica-se na Bósnia e Herzegovina na “Intesa SAMPAO”. A IMF com menos depósitos observados foi na Moldávia a IMF “Grimancauti” em 2015 (0,02 milhões) por outro lado, a Rússia mais especificamente a Bank Intesa em 2008 possui a observação máxima (1212,65 milhões). Curiosamente, a observação mínima da variável “Número de depositantes” verifica-se exatamente na mesma IMF que os depósitos “Grimancauti” (0,01) na Moldávia; por outro lado a observação máxima (4990,45) verificou-se na Turquia na TGMP em 2014. A variável Passivo verificou a observação mínima na Bulgária “Aetos” - no ano de 2009 já a observação máxima verifica-se mais uma vez no Bank Intesa na Rússia. Por último a

variável empréstimos verifica a observação mínima nos anos de 2007 e 2008 na Rússia mais especificamente na Belomorsky, por outro lado a observação máxima verifica-se mais uma vez no Bank Intesa na Rússia no ano de 2008. Após esta breve análise, podemos de imediato verificar que a IMF que observamos com maior dimensão é a Bank Intesa na Rússia.

Após a análise das estatísticas descritivas das variáveis, torna-se necessário perceber de que forma estão correlacionadas as mesmas.

Tabela 9 – Matriz de correlação das variáveis

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10
V1	1.0000									
V2	0.5124	1.0000								
V3	0.8678	0.8644	1.0000							
V4	0.2362	0.9519	0.6755	1.0000						
V5	0.2476	0.9544	0.6829	0.9996	1.0000					
V6	0.9392	0.6095	0.8975	0.3482	0.3528	1.0000				
V7	0.1476	0.6359	0.4411	0.6345	0.6238	0.4006	1.0000			
V8	0.5458	0.1200	0.3751	- 0.0313	- 0.0166	0.3657	- 0.0770	1.0000		
V9	0.2180	0.9455	0.6612	0.9998	0.9993	0.3293	0.6282	- 0.0413	1.0000	
V10	0.2056	0.9259	0.6431	0.9886	0.9902	0.2822	0.5142	- 0.0355	0.9902	1.0000

Legenda: V1 – Balcões; V2 – Pessoal; V3 – Agentes de crédito; V4 – Ativos (USD m); V5 – Carteira de Empréstimos; V6 – Número de mutuários ativos; V7 – Depósitos (USD m); V8 – Número de depositantes; V9 – Passivos ; V10 – Empréstimos (USD m)

Desta forma, através da matriz de correlação entre as variáveis (tabela nº9) conseguimos verificar que possuímos variáveis com excelentes níveis de correlação como é o caso de por exemplo os Ativos e a carteira bruta de empréstimos, mas por outro lado possuímos variáveis que não possuem um nível de correlação tão positivo como é o exemplo do número de depositantes e dos passivos.

De seguida vou proceder a construção assim como a estimação do nosso modelo econométrico que nos ajuda a perceber quais as variáveis que influenciam a dinâmica do microcrédito na área de atuação (Europa de Leste). De forma a proceder a esta estimação o software estatístico utilizado foi o STATA versão 14.2.

O modelo econométrico escolhido será o modelo de regressão linear múltipla, sendo que a sua forma genérica é a seguinte:

$$Y_{i,t} = \beta_0 + \beta X_{i,t} + \mu_{i,t}$$

Considerando que,

$Y_{i,t}$ – É a variável dependente do nosso modelo, que é o número de mutuário ativos, para 12 países da Europa de leste ($i=12$) sendo estes : Polónia, Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Turquia, Bulgária, Roménia, Moldávia, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Albânia e finalmente Macedónia.

β_0 – É a constante do modelo.

$\beta_1 \dots \beta_k$ – São considerados os parâmetros do modelo, em que “k” representa o número de variáveis explicativas.

$X_{i,t}$ - Representa todas as variáveis independentes para o país i no período temporal t .

$\mu_{i,t}$ – É o termo de erro, considerando que este se encontra sob a condição dos erros serem independentes e identicamente distribuídos. Nesta variável estão incluídos outros fatores que influenciam a variável dependente e não se encontram incluídos nas variáveis explicativas.

$i = 1,2,3 \dots, n$, representa o número de IMF

$t = 1,2,3 \dots, n$, representa o período temporal

Considerando as variáveis que já foram referidas anteriormente nesta dissertação, vamos utilizar o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Assim o modelo a ser utilizado será o seguinte:

Número de mutuários ativos $i,t =$

$$\beta_0 + \beta_1 * \text{Balcões}_{i,t} + \beta_2 * \text{Pessoal}_{i,t} + \beta_3 * \text{Agentes de crédito}_{i,t} + \beta_4 * \text{Ativos}_{i,t} + \beta_5 * \text{Carteira Bruta de Empréstimos}_{i,t} + \beta_6 * \text{Depósitos}_{i,t} + \beta_7 * \text{Número de depositantes}_{i,t} + \beta_8 * \text{Passivos}_{i,t} + \beta_9 * \text{Empréstimos}_{i,t} + \beta_{10} * \text{Capital Próprio}_{i,t} + \mu_{i,t}$$

Após termos efetuado um estudo das variáveis através das estatísticas descritivas e da análise da tabela de correlação das mesmas é necessário testar se temos possíveis problemas de heterocedasticidade que caso existam podem enviesar os resultados obtidos no nosso modelo.

De forma a testar a existência de heterocedasticidade foi utilizado o teste de Breusch-Pagan Godfrey, este teste possui como hipótese nula a presença de homocedasticidade. A presença de homocedasticidade significa que a variância de cada termo de erro é constante para todas as observações, ou seja, os dados encontram-se menos dispersos em torno da reta de regressão do modelo e mais homogêneos (Gujarati e Porter, 2008; Wooldridge, 2003). Por outro lado, no caso de rejeitarmos a hipótese nula significa que estamos perante um problema de heterocedasticidade, o que implica que os erros padrões dos estimadores obtidos através do método dos MQO são incorretos e como tal a inferência estatística não é válida o que torna o modelo menos eficiente e menos eficaz (Wooldridge, 2003). Neste caso, de forma a podermos utilizar o modelo teremos que proceder a uma correção do modelo.

Considerando a tabela nº10 que considera a estimação do nosso modelo de acordo com o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (especificações 1,2,3,4 e 5 na Tabela 10) concluímos que rejeitamos a hipótese nula com exceção da especificação número 2 em que aceitamos a hipótese nula. Nas restantes de acordo com o p-value obtido rejeitamos a hipótese nula considerando um nível de significância de 1%. Assim, podemos concluir que nos encontramos na presença de heterocedasticidade. o que implica que antes de procedermos a uma análise mais detalhada teremos que proceder a uma correção do modelo, o que foi feito.

Tabela 10 – MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

Variável Explicativa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Balcões	0,57348 (0,0397092) ***	-0,1589785 (0,103404)	0,1396814 (0,0934392)	0,1552804 (0,0962576)	0,1814951 (0,0923859)
Número de depositantes (USD m)	-0,036462 (0,0013749) **	-0,0025897 (0,0007969) **	-0,0026819 (0,0005657) ***	-0,0026921 (0,0005703) ***	-0,0026233 (0,0005424) ***
Empréstimos (USD m)	0,0080037 (0,0078237)	-0,0965537 (0,14887) ***	-0,1896625 (0,0209034) ***	-0,3030783 (0,1464313)	-0,5842449 (0,2025282) *
Agentes de Crédito		0,2922995 (0,0396479) ***	0,1635329 (0,0375995) ***	0,1510672 (0,0411052) ***	0,1600357 (0,0392953) ***
Ativos (USD m)			0,1149338 (0,0222664) ***	0,220911 (0,137251)	-0,367045 (0,3344697)
Depósitos (USD m)				-0,138671 (0,1771758)	-0,4116331 (0,2207529) *
Passivos (USD m)					0,9270332 (0,485719) *
Constante	0,487716 (1,172236)	-0,0604411 (0,6745684)	-1,040927 (0,5149473)	-1,091768 (0,5230358)	-0,7331929 (0,5307813)
Número de observações	33	31	31	31	31
R ²	0,9049	0,9730	0,9869	0,9873	0,9890
Breusch-Pagan	$\chi^2=11,50$ P-value=0,0093	$\chi^2=4,48$ P-value=0,3452	$\chi^2=36,40$ P-value=0,0000	$\chi^2=37,92$ P-value=0,0000	$\chi^2=47,81$ P-value=0,0000

Legenda: Nível de significância: 10%:*, 5%: **, 1%: *** . Erros estimados entre parênteses.

Após analisarmos a tabela nº10 destacamos de imediato que existem várias variáveis cujos coeficientes são estatisticamente significativos maioritariamente a um nível de significância de 1%, ou seja, supostamente estas variáveis influenciam positivamente a variável dependente do modelo. Por outro lado, efetuamos uma breve análise do R² (coeficiente de determinação) das estimações, e observamos que possuímos excelentes valores do mesmo. No entanto se analisarmos os resultados do teste Breusch-Pagan,

como já verificamos estamos na presença de heterocedasticidade o que significa que não se encontram afetadas as propriedades de centralidade e não enviesamento dos estimadores OLS, no entanto os seus desvios-padrão e estatísticas de significância t e F tornam-se inválidas (Wooldridge, 2009).

Tornando-se as estatísticas de significância inválidas, não podemos retirar conclusões relativamente à influência das variáveis no nosso modelo. Como tal não poderemos efetuar uma análise correta das estimações. Desta forma teremos que proceder à correção do nosso modelo. Assim iremos utilizar erros de padrão robustos de forma a tornar o nosso modelo homocedástico (Wooldridge, 2003). Para proceder a correção do nosso modelo, procedemos a inclusão dos erros padrão robustos através do software utilizado ao longo desta investigação (STATA).

Considerando estas conclusões e de forma a podermos analisar os resultados de uma forma correta, procedemos a uma nova estimação do modelo, sendo que a única alteração efetuada foi a inclusão dos erros padrão robustos. Desta forma procedemos a construção da tabela nº11 de forma a apresentar os resultados obtidos que iremos analisar de seguida.

Tabela 11 – Mínimos Quadrados Ordinários – modelo corrigido seguindo White

Variável Explicativa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Balcões	0,4464175 (0,1938396) **	1,515891 (2,476035)	0,1105204 (0,1502977)	0,1348753 (0,1356517)	0,2730887 (0,1061704) *
Número de depositantes (USD m)	0,0042059 (0,013393)	-0,0408474 (0,0598722)	-0,002061 (0,032742)	-0,0022647 (0,0030861)	-0,0046212 (0,002025) **
Empréstimos (USD m)	0,0161867 (0,0123198)	0,179757 (0,2114537)	-0,1908943 (0,155365) ***	-0,3014451 (0,0760627) ***	-0,5558178 (0,1707598) ***
Agentes de crédito		-0,130795 (0,7046388)	0,1712559 (0,0505052) ***	0,1566537 (0,0481371) ***	0,1328907 (0,0405113) ***
Ativos (USD m)			0,114162 (0,0230326) ***	0,218062 (0,0772604) **	-0,2784501 (0,3530566)
Depósitos (USD m)				-0,1356379 (0,0916531)	-0,3907715 (0,1800147) **
Passivos (USD m)					0,8082484 (0,5046734)
Constante	1,437458 (1,328745)	-2,95049 (2,597267)	-0,987485 (0,3073917)	-1,053886 (0,3110748)	-0,9554178 (0,3294237)
Número de observações	33	31	31	31	31
R ²	0,7980	. ¹	0,9863	0,9870	0,9825
Endogeneidade (p-value)	0,4677	0,0	0,8637	0,9042	0,3487

Legenda: Nível de significância: 10%: *; 5%: **; 1%: *** . Erros estimados entre parenteses.

Na tabela nº10 podemos verificar os resultados obtidos após a correção do modelo original. Uma vez que estávamos na presença de heterocedasticidade tivemos necessidade de incluir os erros padrão robustos de forma a poder proceder a análise correta dos resultados obtidos.

¹ Tendo em conta a existência de poucas observações para a análise da inclusão da variável – agentes de crédito, o STATA não assumiu valor para o r² e consequentemente para o teste de endogeneidade dada a sua fraca capacidade explicativa.

A variável “Pessoal” foi utilizada como variável de controlo conjuntamente com a variável “número de depositantes”, desta forma encontra-se omissa da tabela.

A tabela é constituída por 5 colunas, sendo que cada coluna diz respeito a uma especificação. Se verificarmos cada uma delas possui o acréscimo de uma variável. A tabela foi construída desta forma com o objetivo de verificarmos qual a influência existente no modelo ao incluirmos determinada variável.

Recorda-se que o coeficiente de determinação que nos permite avaliar a capacidade explicativa do modelo demonstra-nos qual a percentagem da variável dependente que é explicada pelas variáveis explicativas, desta forma quanto mais próximo de 1 estiver o coeficiente de determinação melhor é considerada a capacidade explicativa do modelo. Observando a especificação respeitante à coluna numero 2, verificamos que esta não possui valor de coeficiente de determinação o que poderá estar relacionado com o facto do método utilizado para a correção do modelo, pelo número de observações que compõe o modelo ou finalmente poderá ter ocorrido pela imputação dos dados em falta (Colton e Bower, 2002). Por sua vez, analisando as restantes estimações, verificamos que o coeficiente de determinação nas colunas 3,4 e 5 são de aproximadamente 98%, o que significa que a variável dependente – número de mutuários ativos - é explicada em cerca de 98% pelas variáveis explicativas respeitantes a cada coluna. No caso da especificação (1), verificamos que o coeficiente de determinação é de 0,798 o que significa que cerca de 79,8% no número de mutuários ativos é explicado pelas variáveis dos balcões, número de depositantes e pelos empréstimos.

Uma vez corrigido o modelo através do método da inclusão dos erros padrão robustos, sentimos necessidade de efetuar testes quanto à endogeneidade das especificações utilizadas. Estando na presença de variáveis endógenas significa que o modelo de regressão linear se encontra enviesado, inconsistente e ineficiente o que fará com que toda a análise seja consequentemente comprometida (Wooldridge, 2009). Desta forma, considerando um nível de significância de 10% verificamos que todas as especificações são exógenas o que nos transmite que é correto considerar as especificações descritas na tabela nº11².

² No caso da especificação (2) não obtemos valor para este teste de acordo com a justificação dada para o caso também do coeficiente de determinação.

4.2. Interpretação de resultados

Neste subcapítulo apresentaremos a interpretação dos resultados obtidos na tabela nº10, como será o caso da identificação das variáveis significativas para o modelo, e qual o impacto das mesmas no microcrédito.

A tabela nº11 como já referi apresenta os resultados do modelo empírico de estimação pelos MQO. Observamos que as variáveis que melhor determinam e explicam o modelo são os balcões, o número de depositantes, os empréstimos, os agentes de crédito, os ativos e por sua vez os depósitos, isto acontece uma vez que estas são as variáveis que possuem níveis de significância consideráveis, o que significa que são estas as variáveis que melhor explicam a variação da nossa variável dependente – número de mutuários ativos.

Se verificarmos as variáveis dos depósitos e do número de depositantes que à partida partimos do pressuposto que estarão interligadas, uma vez que apenas existem depósitos se existirem depositantes, ambas afetam negativamente o número de mutuários ativos. Isto significa que uma Instituição de Microfinanças que se sustenta pelo número de depositantes, isto é, pela captação das poupanças acaba por não ser atrativa para o mutuário que pretende a concessão de um empréstimo no âmbito do microcrédito.

Por sua vez, os balcões são uma variável que influencia positivamente o modelo em todas as especificações estudadas. Podemos dizer que o aumento de 1% dos balcões está associado a um aumento de cerca de 0,273% do número de mutuários ativos. Como já vimos na revisão de literatura deste modelo, o aumento do número de escritórios possibilita a adesão de um maior número de mutuários aos programas de microcrédito, uma vez que como é o caso das zonas mais rurais precisamente muitas das vezes a não adesão a estes programas deve-se efetivamente à ausência de balcões por perto, desta forma. Assim podemos dizer que o aumento do número de balcões irá permitir o acesso a estes programas a um maior número de mutuários.

A variável dos agentes de crédito, segue a mesma linha de pensamento dos balcões, isto é, se existir um maior número de agentes de crédito a aconselhar o mutuário assim como a efetuar o acompanhamento das carteiras de crédito destes maior será a probabilidade de aumentar o número de mutuários ativos uma vez que o serviço

prestado a estes será de maior qualidade e profissionalismo. Os resultados obtidos confirmam precisamente esta teoria uma vez que esta variável influencia positivamente o número de mutuários ativos. Podemos dizer inclusive que em média o aumento de 1% dos agentes de crédito está associado ao aumento de cerca de 0,1328% do número de mutuários ativos.

Ao analisar conjuntamente a variáveis dos escritórios e dos agentes de crédito, uma vez que ambas influenciam positivamente a nossa variável dependente – número de mutuários ativos, podemos concluir que estas atuam de acordo com a lei da oferta de Say, isto é, se aumentarmos a oferta de balcões / agentes de crédito, iremos consequentemente estar a aumentar a procura por parte dos mutuários ativos gerando um movimento em espiral crescente. Como tal a Europa deverá aumentar a rede de balcões existentes de forma a ser possível aumentar a presença do microcrédito na Europa que consequentemente irá reduzir a exclusão social assim como a pobreza existente.

5. Considerações Finais

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões finais desta investigação assim como as limitações que surgiram ao longo da elaboração da mesma. Finalmente iremos identificar possíveis investigações futuras.

5.1 Conclusão

Cada vez mais a população a nível mundial depara-se com três grandes problemas: a pobreza, a exclusão e a desigualdade social. Muitos defendem que estes problemas resultam da desigualdade da distribuição dos investimentos públicos. Foi no sentido de combater a pobreza que surgiu o microcrédito, que consiste na concessão de créditos bancários aos mais desfavorecidos que são detentores de um espírito empreendedor e que ao criar condições financeiras melhores possam ultrapassar a situação de pobreza que enfrentam e por outro lado estimulem o crescimento económico a longo prazo.

As instituições de microfinanças têm um papel essencial na concessão do microcrédito, uma vez que é através destas que o mesmo poderá ser concedido. Estas têm possuído um crescimento significativo nas duas últimas décadas no que diz respeito à prática da concessão de microcrédito. No entanto, ainda existem mercados de microfinanciamento imaturos e subdesenvolvidos como é o caso do mercado europeu, que por outro lado é considerado um mercado em que o microcrédito tem extrema importância no sentido de possuir muito potencial para combater a pobreza e o desemprego existentes.

Ao longo desta investigação e com base na revisão de literatura foi efetuada uma análise da pobreza e do microcrédito no continente Europeu, sendo que foi efetuada uma recolha de variáveis macroeconómicas de forma a interligar o microcrédito deste continente com a realidade de cada um deles. Por outro lado, numa fase mais avançada da mesma foi também efetuado um estudo sobre o impacto da dinâmica das IMF na captação de público (mutuários ativos) para o microcrédito. É importante referir que de uma forma geral os resultados obtidos encontram-se em conformidade com a revisão de literatura estudada.

De acordo com o estudo efetuado concluímos que as variáveis: escritórios, número de depositantes, empréstimos, agentes de crédito, ativos e por sua vez os depósitos são as variáveis que melhor explicam o número de mutuários ativos existentes. É de realçar que as variáveis dos depósitos e do número de depositantes afetam negativamente o número mutuários o que nos leva a concluir que uma Instituição de Microfinanças que se sustenta através da captação das poupanças tende a não ser atrativa para o mutuário que procura a concessão de um crédito no âmbito do microcrédito. Por outro lado, possuímos a variável dos balcões assim como dos agentes de crédito que verificamos que influenciam positivamente o número de mutuários, o que nos leva a concluir que se o que pretendemos é aumentar o número de mutuários ativos, no âmbito do microcrédito, devemos adotar uma medida de expansão no sentido de aumentar a rede de escritórios assim como o número de agentes de crédito de forma a ser acessível a um maior número de pessoas.

Considerando a realidade mundial do aumento da desigualdade social, a necessidade de combater a pobreza é cada vez maior. Uma solução para o combate à pobreza poderá passar por programas de microcrédito, que irá permitir que as pessoas em situações económicas desfavorecidas possam abrir o seu próprio negócio e conseguir obter melhores condições de vida. No entanto, lamentavelmente, o microcrédito por vezes ainda é de difícil acesso principalmente nas zonas mais rurais. Desta forma, de acordo com os resultados obtidos no nosso estudo, o ideal será os países com um nível de pobreza mais acentuado adotarem medidas de expansão no sentido de aumentarem a rede de balcões assim como de agentes de crédito de forma a ser possível chegar a mais pessoas e melhorar o seu nível de vida, e consequentemente contribuir para o crescimento económico do país.

5.2. Limitações e sugestões para investigações futuras

De acordo com a revisão de literatura observada verificamos que a situação de pobreza de um indivíduo conjuntamente com o seu espírito empreendedor pode levá-lo a aderir a um projeto de microcrédito, que conseqüentemente poderá aliviá-lo da situação de pobreza e por sua vez colocá-lo numa situação económica e financeira mais favorável.

Esta realidade verifica-se também na Europa, ainda que seja um conceito que tenha uma maior adesão noutros continentes mais subdesenvolvidos, este também faz sentido neste continente dada a crise mundial que confrontamos, inclusive a Comissão Europeia tem lançado programas de incentivo ao microcrédito como é o caso do JASMINE de forma a tornar o mecanismo ainda mais presente. Este é um excelente exemplo de medidas que podem ser tomadas de forma a divulgar o microcrédito. No entanto a população europeia é uma população que para aderir a determinado mecanismo tem que ouvir falar no mesmo, desta forma acho que mais importante do que até apostar na criação de mais programas de microcrédito é apostar na divulgação dos já existentes, de forma a atingir um público mais alargado. No entanto, evidentemente que a criação de mais programas associados ao microcrédito será de todo benéfico para o continente, uma vez que ao incentivarmos este mecanismo estaremos em parceria a incentivar o empreendedorismo, que permitirá aliviar a situação de pobreza de várias pessoas e a longo prazo até melhorar a situação económica do continente.

Ao longo desta investigação deparei-me com várias limitações nomeadamente, na elaboração da base de dados a omissão de observações para algumas variáveis em estudo foi um obstáculo presente. Caso exista oportunidade de efetuar um melhoramento será interessante proceder ao enriquecimento da mesma. No que diz respeito à construção da revisão de literatura, a falta de literatura existente sobre a pobreza e o microcrédito na Europa foi outra limitação, uma vez que este ainda não é um conceito muito presente neste continente dado que como já referi existe a associação que o microcrédito é apenas um mecanismo utilizado nos continentes subdesenvolvidos.

Numa investigação futura idealizava proceder ao levantamento de revisão de literatura de um continente subdesenvolvido como é o caso por exemplo do continente

Africano mais especificamente da África Subsariana, de forma a percebermos quais as diferenças da implementação assim como do funcionamento do microcrédito em Europa e em África uma vez que se tratam de realidades tão diferentes. Seria interessante perceber também qual a influência da mentalidade de cada população na concessão do crédito, no espírito empreendedor assim como analisar qual o papel da mulher em cada continente.

Por sua vez, relativamente ao modelo econométrico numa investigação futura como já referi seria interessante proceder ao enriquecimento da base de dados já existente assim como a elaboração de uma nova base de dados por exemplo do continente Africano, de forma a elaborar duas regressões e a perceber quais as variáveis que mais influenciam nos dois continentes assim como as diferenças dos resultados obtidos de forma a percebermos quais as conclusões que poderíamos retirar dos dois continentes e até perceber como poderíamos enriquecer este mecanismo com os pontos fortes de cada continente, ainda que a realidade seja diferente em cada um deles.

Referências Bibliográficas

- Afrin, S., Islam, N., & Ahmed, S. (2010). Microcredit and Rural Entrepreneurship Development in Banglades: A multivariate model. *Journal of Business and Managment*, 3 n°8, 9-36.
- Agier, I., & Szadarz, A. (2013). Microfinance and Gender : Is there a glass ceiling on loan size? *World Development*, 42, 165-181.
- Ahlin, C., & Jiang, N. (2007). Can micro-credit bring development? *Journal of Development Economics*, 86/1, 1-21.
- Ahmed, A. (2010). Islamic Microfinance: A Case Study of Australia. *Journal of Islamic Economics, Banking & Finance*, 5-80.
- Allen, F., Otchere, I., & Senbet, L. (2010). *African Financial Systems: a Review*. University of Peninsylvania: Working Paper.
- Allen, F., Otchere, I., & Senbet, L. (2011). African financial systems: A review. *Review of Development Finance*, 1 /2, 79-113.
- ALVES, M. B. (2006). O microcredito:mais uma panacea? *Revista portuguesa de estudos regionais*, n°13, 45-54.
- ANDC. (2015). *Associação Nacional de Direito ao Crédito*. Obtido em 25 de Maio de 2015, de <http://www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/microfinanca/a-microfinanca/27>
- Armendáriz, D. W., & Morduch, B. (2005). The economics of microfinance. *MIT Press*.
- Bank, I. B. (2013). *Global Survey on Consumer Protection and Financial Literacy: Results Brief*. USA: The Financial Inclusion and Infrastructure Global Practice.
- Beck , T., Demirguc-Kunt, T., & Levine , R. (2004). Finance, inequality and poverty : Cross country evidence. *World bank (World Bank Policy Research Working)*.

- Beck, T., Behr, P., & Madestam, A. (2012). Sex and Credit: Is There a Gender Bias in Lending? *All About Finance - World Bank Blogs*, 1-42.
- Buckley, G. (1997). Microfinance in Africa : Is it Either the Problem or the Solution. *World Development*, 25 n°7, 1081-1093.
- Carboni, B., Calderón, M., Garrido, S., Dayson, K., & Kickul, J. (2010). Social Inclusion through Microenterprise Development. *Handbook of Microcredit in Europe*, 139-148.
- Chowdhury, A. (2009). Microfinance as a Poverty Reduction Tool - A Critical Assessment. *Economic & Social Affairs*, n°89.
- Cohen , M. (2001). Making Microfinance More Client-Led. *Journal of International Development*.
- Collins, D., Morduch, J., Rutherford, S., & Ruthven, O. (2009). *Portfolios of the Poor: How the World's Poor Live on \$2 a Day*. Princeton: Princeton University Press.
- Colton, J., & Bower, K. (2002). *Some misconceptions about R2* (Vol. 3 n°2). EXTRAOrdinary Sense.
- Comissão Europeia. (2015). Obtido em 27 de 05 de 2015, de http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/business_environment/n26115_pt.htm
- Costa, A., Batista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Cracknell, D., Sempangi, G., Graham, A., Mutesasira, L., Mukwana, P., & McCord, M. (2002). Lessons from MicroSave's Action Research Programme 2001. *MicroSave*.
- Cull, R., Navajas, S., Nishida, I., & Zeiler, R. (2015). A New Index of the Business Environment for Microfinance. *World Development*, 70, 357-388.
- Daley-Harris, S. (2009). *STATE OF THE MICROCREDIT: SUMMIT CAMPAIGN REPORT 2009*. Washington: Microcredit Summit Campaign.

- Dayson, K., Carboni, B., Kickul, J., Calderón, M., & Garrido, S. (2010). *Handbook of Microcredit in Europe*. Edward Elgar Publishing.
- DeBerry-Spence, B. (2012). African microentrepreneurship: The reality of everyday challenges. *Journal of Business Research*, 65, 1665-1673.
- Dokulilova, L., Janda, K., & Zetek, P. (2009). *Sustainability of microfinance institutions in financial crisis*. Prague: University of Economics .
- Dossey, L. (2007). The Peasant and the Professor: On Trust, Microcredit, and World Poverty. *Elsevier*, 3 n°5, 433-444.
- European Microfinance. (s.d.). *European Good Practices in rural microfinance*. Belgium.
- Galema, R., Lensink, R., & Spierdijk, L. (2011). International Diversification and Microfinance. *Journal of International Money and Finance*, 30 n°3, 507-515.
- Goodman, P. (2004). Microfinance in Investment Funds: Objectives, Players, Potential. *Financial Sector Development Symposium* .
- Gujarati, D., & Porter, D. (2008). *Basic Econometrics* (5^a ed.). New York, USA: The McGraw-Hill Companies.
- Hadj, K. B., & Rejeb, J. -E. (2015). Microfinance and Poverty Redution: A Review and Synthesis of Empirical Evidence. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 705-712.
- Haile, H., Bock, B., & Folmer, H. (2012). Microfinance and female empowerment: Do institutions matter? *Women's studies International Forum*, 35 n°4, 256-265.
- Hartarska, V. (2003). Governance and Performance of Microfinance Institutions in Central and Eastern Europe and the Newly Independent States. *Elsevier*, 1627-1643.
- Hartarska, V. (2005). Governance and Performance of Microfinance Institutions in Central Eastern Europe and the Newly Independent States. *World Development*, 1627-1643.

- Helmut, K.-E., & Alessio, C. (2009). MICROFINANCE IN EUROPE: A market overview. *European Investment Found*, 10-48.
- Hollis, A., & Sweetman, A. (1998). Microcredit: What can we learn from the past? *Elsevier Science*, 1875-1891.
- Hudson, R., & Mutesasira, L. (2002). A Review of MFI Marketing Strategies and Activities. *MicroSave*.
- Hulme, D., & Mosley, P. (1996). *Finance against poverty*. Londres.
- Imai, K., Arun, T., & Annim, S. (2009). Microfinance and household poverty reduction: New evidence from India. *World Development* 38, 1760-1744.
- Imai, K., Gaiha, R., Thapa, G., & Annim, S. (2012). Microfinance and Poverty - A Macro Perspective. *World Development*, 1675-1689.
- Jayadev, M., & Rao, R. (March de 2012). Financial Resources of the microfinance sector: securitisation deals-issues and challenges interview with the MD9s Grameen Koota and Equitas. *IMB Management Review*, 24 n°1, 28-39.
- Jayo, B., González, A., & Conzett, C. (2010). Overview of the Microcredit Sector in the European Union 2008-2009. *EMN Working Papers*.
- Khandker, S., Rashid, F., & Hussain, A. (2013). Are Microcredit Borrowers in Bangladesh Over-indebted. *Policy Research Working Paper*.
- Khandker, S., & Hussain, S. (2013). Are Microcredit Participants in Bangladesh Trapped in Poverty and Debt? *Policy Research Working Paper*.
- Kinde, B. A. (2012). Financial Sustainability of Microfinance Institutions (MFIs) in Ethiopia. *European Journal of Business and Management*, 4, 1-11.
- Klaehn, J., & Evans, A. (2004). Mainstreaming Financial Services to include the Poor. The Credit Union Perspective. *World Council of Credit Unions*.
- Kotler, P., & Andreasen, A. (1996). Strategic Marketing for Nonprofit Organizations. *Prentice Hall, Inc, Upper Saddle River*, 7.

- Kraemer-Eis, H., Eriksson, P.-E., & Bruhn-Leon, B. (2012). *Progress for Microfinance in Europe*. Luxembourg: European Investment Fund.
- L. Lafourcade, A., Isern, J., Mwangi, P., & Brown, M. (April de 2006). Overview of the Outreach and Financial Performance of Microfinance Institutions in Africa. *Microbanking Bulletin*.
- Labie, M., Méon, P.-G., & Szafarz, A. (2015). Discrimination by microcredit officers: Theory and evidence on disability in Uganda. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 44-55.
- Laissy, A. (2014). *Evaluation of the JASMINE Technical Assistance Pilot Phase*. Belgium: European Commission, Directorate. General for Regional and Urban policy.
- Lash, N. (2008). Asymmetric Finance: Issues in Microfinance. *The Journal of Economic Asymmetries*, 5 n°1, 93-107.
- Latifee, H. I. (2006). The future of microfinance: visioning the who, what, when and how of microfinance expansion over the next years. *Microfinance Summit*.
- Ledgerwood, J. (1999). Microfinance Handbook: An Institutional and Financial Perspective. *The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank*.
- Lhacer, P. M. (2003). *Acesso ao crédito pela população de baixa renda: a experiência do microcrédito e o mecanismo de aval solidário*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo.
- Lima, S. N. (2009). Microcrédito como política de geração de emprego e renda. *BNDES*, 47-75.
- Louis, P., Seret, A., & Baesens, B. (2013). Financial Efficiency and Social Impact of Microfinance Institutions Using Self-Organizing Maps. *World Development*, 46, 197-210.
- Marrez, H., & Schmit, M. (2009). Credit risk analysis in microcredit: How does gender matter? *Solvay Brussels School of Economics and Management*, 1-21.

- Mason, M. (2012). Education, policy and poverty reduction. *Internacional Journal of Education Development*, 32 n°4, 494-498.
- McDowell, M. (March de 2006). The Microcredit in Europe: The Experience of the Savings Banks. (WSBI/ESBG, Ed.) *WSBI (World Savings Banks Institute) and ESBG (European Savings Banks Group)*.
- McKernan, S. (2002). The Impact of Microcredit Programs on Self-Employment Profits: Do Noncredit Program Aspects Matter? *The Review of Economics and Estatistics*, 84, n°1, 93-115.
- MIX, (Microfinance Information Exchange); CGAP, (Consultative Group to Assist the Poor). (2011). *MIX Microfinance World: Sub-Saharan Africa Microfinance Analysis and Benchamarking report 2010*. Washington: MIX & CGAP.
- Mosley, P., & Rock, J. (April de 2004). Microfinance, Labour Markets and Poverty in Africa: A study of six institutions. *Journal of International Development*, 16 n°3, 467-500.
- Nieto, B. G., Cinca, C. S., & Molinero, C. M. (2014). Microfinance, the long tail and mission drift. *International Business Review*, 181-194.
- Nieto, G., Begoña, C., & Cinca, S. (2007). Factors Explaining the Rating of Microfinance Institutions. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*.
- Pahl, J. (2008). Family finances, individualisation, spending patterns and access to credit. *The Journal of Socio-Economics*, 37, 577-591.
- Panait, N. G. (2014). Trends of Romanian Banking network development. *Challenges of the Knowledge Society*, 795-799.
- Pereira, P., Afonso, A., Arcanjo, M., & Santos, J. (2005). *Economia e Finanças Públicas*. Escolar Editora.
- Pereira, S., & Mourão, P. (2012). Why does the microcredit borrowing rate differ across countries? A cross-country study. *International Journal of Social Economics*, 39 n°8, 536-50.

- Pretes, M. (2002). Microequity and Microfinance. *World Development*, 30 (8), 1341-1353.
- Radcliffe, D., & Mas, I. (2010). Mobile Payments go Viral: M-PESA in Kenya. Em D. Radcliffe, & I. Mas, *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*. Washington: Word Bank.
- Rallens , T., & Ghazanfar, S. (2006). Microfinance: Recent experience, future possibilities. *Journal of Social, Political, and Economics Studies*, 31 (2), 197-211.
- Reifner , U. (2001). *Micro-lending – A Case for Regulation*. Obtido de http://www.europeanmicrofinance.org/data/file/Micro-lending_-_A_case_for_Regulation.pdf
- Rogerson, C. (2001). In search of the African miracle: debates on successful small enterprise development in Africa. *Habitat internacional*, 115-142.
- Schumpeter, J. (1983). *The Theory of Economic Development*. Transaction Publishers, USA.
- Sengupta, R., & Aubuchon, C. (2008). The Microfinance Revolution: An Overview. *Federal Reserve Bank of St Louis Review*, 90 n°1, 9-30.
- Snow, D., & Buss, T. (2001). Development and the role of microcredit. *Policy Studies Journal*, 29 n°2, 296-307.
- Stauffenberg , V., & Rozas, D. (2011). *Performance and Social Indicators for Microfinance Institutions*. Microrate.
- The World Bank . (2015). Obtido em 12 de Maio de 2015, de <http://www.worldbank.org/>
- Torteskani, M. S., & Ahadi, P. (2008). Readiness assessment of Islamic microfinance institution to implement micro-insurance concept (case of Iran). *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, 249-261.

- United Nations Development Programme. (2014). Obtido em Junho de 2015, de Human Development Reports: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>
- United, N. (2008). *Millenium Development Goals Report*. Obtido em 2 de Junho de 2015, de <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Sub-Saharan%20Africa.pdf>
- Van Rooyen, C., Stewart, R., & De Wet, T. (2012). The Impact of Microfinance in Sub-Saharan Africa: A Systematic Review of the Evidence. *World Development*, 40, 2249-2262.
- Wooldridge, J. (2003). *Introductory Econometrics: A Modern approach 2ª edição*. South-Western College Publishing.
- Wooldridge, J. (2009). *Introductory Econometrics: a Modern Approach 4ª Ed*. Ohio: Cengage Learning.
- Wright, G., Cracknell, D., Mutesasira, L., & Hudson, R. (2005). Strategic Marketing for Microfinance Institutions. *MicroSave*.
- Yunus, M. (2008). *Criar um Mundo sem Pobreza- O negócio social e o Futuro do capitalismo*. Tradução de Mónica Bello, Lisboa: Difel.
- Yusupov, N. (2012). Microcredit and development in an occupational choice model. *Economics Letters*, 820-823.
- Zeller, M., Sharma, M., Henry, C., & Lapenu, C. (2006). An Operational Method on for Acessing the Poverty Outreach Performance of Development Policies and Projects: Results of case studies in Africa, Asia and Latin America. *World Development*, 446-464.